

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 28

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
ANFIP

Haddad critica lobby por desoneração de impostos 4

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saúde, educação e transporte coletivo podem ter alíquotas reduzidas na reforma tributária 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frentes pedem inclusão da desoneração da folha na reforma tributária 6

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária acelera debates 7

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros no Brasil estão em níveis atraentes e há boas oportunidades, diz BlackRock 8

VALOR ONLINE - IMPRESSO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tensão monetária e fiscal e intervencionismo são desafios para crescimento mais forte 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
ANFIP

Rico paga menos: por que impostos do Brasil são considerados injustos e atrasados 12

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar no ano só para pagar impostos? 15

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula veta mudança no Sistema S e reduz imposto para setor aéreo (Reforma tributária) 16

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto de Renda faz 100 anos merecendo mudanças (Bernardo Guimarães) 18

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: IVA dual parece ter mais aceitação, diz deputado 19

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha diz estar otimista com tributária e que meta é votar na Câmara neste semestre 20

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet reconhece que governo terá mais trabalho para aprovar reforma tributária no Senado 21

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet: Fatores econômicos estão dados e 'não há justificativa' para não reduzir juros em agosto 22

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'E agora, Brasil?': Tebet prevê reforma tributária aprovada no Congresso só no fim do ano 24

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'O olhar não pode ser focado no curto prazo', diz economista sobre reforma tributária 26

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga 28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiar reforma tributária pode impedir redução de desigualdades 30

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Coordenador da reforma tributária vê mais convergência por um IVA dual 31

PORTAL R7 - NACIONAL - JR NA TV
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fernando Haddad se reúne com relator da proposta da reforma tributária 32

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aguinaldo: IVA único é melhor, mas não é problema se politicamente Dual for o caminho 33

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara estuda modelos internacionais de IVA que sirvam de exemplo para o Brasil, diz deputado Reginaldo Lopes 34

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correção: Haddad: única MP que preocupa é a do Carf; PL com urgência constitucional foi enviado 36

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Boletim Focus: mercado reduz projeção de inflação para 5,71% em 2023 37

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Convite para refletir sobre nossos privilégios 38

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca é principal trava à reforma tributária 40

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB se recupera no 1º trimestre, mas não deve crescer ao longo do ano..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medida para carros populares pode enfraquecer economia, avaliam economistas..... 45

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo arcabouço é chave para equilíbrio fiscal, avalia procuradora da Fazenda..... 47

FOLHA ONLINE - SP - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback pode ser solução para Zona Franca de Manaus na reforma tributária (Reforma tributária)
..... 48

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda como funciona o cashback da reforma tributária (Reforma tributária)..... 50

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso propõe correção maior da tabela do IR e tributação menor de investimento no exterior (Reforma tributária)
..... 51

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Artigo: Sistema confuso?..... 52

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostos diretos serão alvo de segunda fase da reforma tributária, diz Appy..... 54

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Chance de reforma tributária ser aprovada na Câmara no 1º semestre é grande, diz Appy
..... 55

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores pressionam por projeto que prorroga desoneração da folha aos 17 setores que mais empregam
..... 56

Haddad critica lobby por desoneração de impostos

Publicado em 31/05/2023 - 21:02

Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (31) que a **legislação tributária** no Brasil é uma colcha de retalhos, o que torna o sistema de **impostos** do país um dos piores, senão o pior do mundo. Ele também criticou o lobby em torno da aprovação de leis tributárias.

Muitas vezes, uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por conta de um lobby que ato contínuo vai atuar no Judiciário para dizer que a tese correta é a dele, avaliou, em discurso na mesa de abertura do 7º Congresso do Contencioso Tributário, que ocorre nesta semana, em Brasília.

O evento é organizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão formado por advogados públicos que atua justamente em ações do governo relativas à arrecadação de **tributos** e dívidas devidas à União.

Vocês sabem que a arrecadação federal teve muitas derrotas, não só no Congresso Nacional, com desonerações absolutamente caóticas, mas também nos tribunais. A PGFN é artífice da recuperação da base fiscal do Estado, afirmou o ministro aos procuradores.

Dados calculados pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco) apontam que, até o final do ano, o governo federal deve deixar de arrecadar R\$ 440,5 bilhões por conta da concessão dos chamados privilégios tributários. O montante soma de todos os benefícios e incentivos tributários concedidos pela União a parcelas específicas de contribuintes e consta em estudo publicado pela entidade nesta terça-feira (30).

No evento da PGFN, o advogado-geral da União, Jorge Messias, que é procurador da Fazenda Nacional de carreira, leu um discurso em defesa da **reforma tributária**, cuja discussão deve ganhar velocidade no Congresso Nacional, ao longo dos próximos meses. Acreditamos que as propostas apresentadas caminham para uma tributação progressiva e fundamentam-se nas premissas de base ampla, poucas alíquotas e tributação no destino, destacou.

A **reforma tributária** está em discussão a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator do grupo é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo federal está atuando em torno desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los.

O eixo central da proposta é uma reforma que unifique os **tributos** em um só, o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que substituiria cinco **impostos** federais, estaduais e municipais. Além disso, também se discute a ideia de um IVA Dual, que resultaria em um tributo federal e um de competência estadual e municipal.

Em evento recente com industriais paulistas, Fernando Haddad afirmou que a introdução de um Imposto de Valor Agregado único resolveria boa parte dos vícios do atual sistema que, segundo ele, é o grande vilão pelas baixas taxas de crescimento da nossa produtividade.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/haddad-critica-lobby-por-desoneracao-de-impostos>

Saúde, educação e transporte coletivo podem ter alíquotas reduzidas na reforma tributária

Idiana Tomazelli

Os setores de saúde, educação e transporte coletivo podem ter uma alíquota reduzida na **reforma tributária**, disse nesta quarta-feira (31) o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que coordena o GT (grupo de trabalho) para discutir a proposta na Câmara.

Há ainda uma discussão sobre a possibilidade de contemplar produtos ligados ao agronegócio ou de alimentação.

"Estamos discutindo. São setores de ponta, produtos, atividades como saúde, educação, quais produtos agro ou de alimentação. São essas questões que nós vamos debater", afirmou Lopes após reunião com as frentes parlamentares do Empreendedorismo e de Comércio e Serviços.

"É uma alíquota reduzida, mas eu chamo de alíquota de equilíbrio. Nós estamos dizendo não queremos aumentar preço, nós queremos melhorar a vida das pessoas."

A declaração de Lopes indica que haveria mais de uma alíquota de IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que busca substituir os **tributos** sobre consumo.

"Sim, acho que vai ser mais de uma [alíquota]", afirmou o presidente do grupo de trabalho.

A instituição de uma alíquota diferenciada para saúde e educação vinha sendo uma demanda de entidades que representam o setor. O impacto sobre o agronegócio também é apontado como um fator sensível nas negociações da proposta no Congresso Nacional.

Segundo o presidente do GT, bens cuja cadeia de produção é "mais curta" podem ser mais impactados pela unificação dos **tributos**, pois têm poucos créditos tributários a abater no processo.

"Se você tem um produto que a cadeia é curta, como saúde, educação, você tem que olhar qual é essa alíquota. Alimentos, transporte... Então você tem que olhar qual é a alíquota efetivamente que [os setores] pagam hoje no conceito IVA [...], e a gente buscar no diálogo uma alíquota de equilíbrio", afirmou Lopes.

As diretrizes da reforma serão apresentadas na próxima terça-feira (6) pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto do substitutivo será publicado depois disso, mas ainda no mês de junho, na previsão dos parlamentares.

Segundo o deputado, a previsão é votar a reforma na Câmara no mês de junho e "não há divergência" sobre as diretrizes. "Temos total convergência. Ninguém mais defende o sistema tributário [atual]", afirmou.

Além das alíquotas diferenciadas, Lopes já afirmou que a tendência é a reforma estipular um IVA dual, com uma parcela da alíquota representando os **tributos** da União, e outra, dos estados e municípios.

Durante a reunião com os parlamentares, Aguinaldo Ribeiro disse que a reforma não vai promover aumento de carga tributária, mas reconheceu que não há espaço para cortes. "Não tem como reduzir em função do tamanho do Estado brasileiro", afirmou.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/saude-educacao-e-transporte-coletivo-podem-ter-aliquotas-reduzidas-na-reforma-tributaria.shtml>

Frentes pedem inclusão da desoneração da folha na reforma tributária

Táisa Medeiros

As Frentes Parlamentares do Empreendedorismo (FPE) e do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) divulgaram, nesta quarta-feira (31/5), um manifesto pela inclusão do debate sobre a desoneração da folha de pagamento juntamente com a discussão em torno da **reforma tributária**. O debate sobre a reforma ocorre, ainda, na Câmara dos Deputados, em um Grupo de Trabalho (GT) criado para debater o tema.

"Entendemos que esse é o melhor momento para retirar a contribuição patronal da folha de pagamento e pensar em como financiar a Previdência", diz o documento. Segundo as frentes parlamentares, a mudança poderá contribuir para o aumento da competitividade interna e externa.

Além da medida, os parlamentares pedem atenção a outros dois tópicos: o que busca a atualização dos valores do limite de faturamento das empresas enquadradas no Simples Nacional; e o que cria o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, com a finalidade de reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias de modo a instituir a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e) e a Declaração Fiscal Digital (DFD).

Outras frentes no Congresso também já se manifestaram a favor da medida. Na semana passada, durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Indústria, o grupo coordenado pelo deputado José Rocha (União-BA) defendeu o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** (PECs 45/19 e 110/19) como medidas que podem ajudar na reindustrialização do país.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e

telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5098536-frentes-pedem-inclusao-da-desoneracao-da-folha-na-reforma-tributaria.html>

Grupo da reforma tributária acelera debates

Às vésperas de apresentar o relatório com as diretrizes da proposta de **reforma tributária** e sob pressão de setores da economia, Estados e municípios, o grupo de trabalho (GT) dedicado à proposta na Câmara dos Deputados deve intensificar as discussões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos próximos dias.

A expectativa é de que os membros do GT acelerem, a partir de agora, as reuniões com o dirigente da pasta econômica para fechar as diretrizes da proposta, que deve ser divulgada no dia 6 de junho. Toda semana vai ter encontro com Haddad para resolver dissensos porventura existentes, disse o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), um dos integrantes do grupo, ao Estadão/Broadcast.

Linhas gerais da reforma, como a escolha entre um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único ou dual (um para unificar os **tributos** da União e outro para Estados e municípios), além da quantidade de alíquotas diferenciadas para atender os setores, por exemplo, devem estar nas diretrizes a serem divulgadas no próximo dia 6.

Inicialmente, a data prevista era 16 de maio, mas esse prazo foi prorrogado para evitar que o tema fosse discutido juntamente com a tramitação do arcabouço fiscal na Câmara. Também estava previsto que as reuniões semanais com Haddad começassem antes.

O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com o projeto da reforma completa, só deve ser divulgado próximo ao dia 20 de junho. Os deputados esperam votar a matéria três ou quatro dias depois, segundo apurou a reportagem. O calendário, no entanto, precisa ser alinhado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Até lá, a tendência é de que a resistência entre setores, governadores e prefeitos só cresça, principalmente diante das críticas sobre a falta de transparência na divulgação de números pela equipe econômica.

De acordo com uma pessoa que participa das discussões tem pressão de todo canto. De acordo com ela, há vários cálculos de empresas, mas não tem cálculo do governo.

TRANSPARÊNCIA

O discurso crítico sobre a falta de divulgação de dados

pelo Executivo tem sido endossado por governadores. À frente do governo de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), por exemplo, condena a falta de conhecimento sobre o conteúdo da proposta que vai regular o novo sistema tributário. A tese de que o problema mora nos detalhes tem sido disseminada nos bastidores, o que acirra o debate às vésperas da divulgação da proposta.

Nós temos de entender que essa mudança (**reforma tributária**) precisa de algo palpável. Não pode ser algo apenas no imaginário. O que será realmente a autonomia de um governador? Qual é a função de uma assembleia legislativa? Em nome de uma **reforma tributária**, você não pode matar a federação, concentrar todos os poderes nas mãos apenas de um comitê, disse Caiado, após uma reunião do Fórum de Governadores, em Brasília, na última quarta-feira.

O deputado e membro do GT Vitor Lippi (PSDB-SP) minimizou as críticas. É natural, porque a mudança é muito grande, mas vamos ter o melhor sistema do mundo, hoje temos o pior sistema do mundo, disse ao Estadão/Broadcast. Ele também afirmou que os Estados não vão perder autonomia com a proposta. Não existe só incentivo fiscal (para atrair empresas), existe incentivo financeiro.

Segundo Lippi, uma das pontas resistentes e que geram preocupação é o setor de serviços. Ainda existe um sentimento de insegurança (do setor) porque não viram o relatório, disse.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/31/grupo-da-reforma-tributaria-acelera-debates.htm>

Juros no Brasil estão em níveis atraentes e há boas oportunidades, diz BlackRock

Lucas Bombana

Em um cenário de desaceleração da **inflação** nos últimos meses, com a Selic ainda inalterada no patamar de 13,75% ao ano, o mercado brasileiro de juros está em níveis atrativos e oferece algumas boas oportunidades aos investidores.

A avaliação é de Amer Bisat, chefe de renda fixa para mercados emergentes da BlackRock, uma das maiores gestoras de recursos em escala global, com cerca de US\$ 9 trilhões (R\$ 45,5 trilhões) em ativos.

"Os juros reais no Brasil parecem muito atrativos", afirmou Bisat nesta terça-feira (30) durante conversa com jornalistas. "Estamos vendo boas oportunidades no Brasil."

Segundo o especialista, mesmo no mercado de crédito corporativo do país, que passou por turbulências recentes na esteira de dificuldades envolvendo nomes como Americanas e Light, há empresas rentáveis e de boa qualidade no radar da BlackRock. Ele não quis especificar quais são esses nomes.

Ele acrescentou que, se o país conseguir endereçar os desafios fiscais e avançar com reformas estruturais que abram espaço para uma atuação maior do setor privado na economia, como a **reforma tributária**, o **PIB** (Produto Interno Bruto) tem potencial para voltar a crescer acima do ritmo atual.

Bisat afirmou estar otimista com as perspectivas para a economia local, e que o país tem um "enorme potencial" de crescimento.

Ele preferiu não fazer uma avaliação sobre o espaço para o início do corte de juros pelo BC (Banco Central) aberto pela recente desaceleração da **inflação**, mas ponderou que os juros no país estão em níveis bastante altos e que os emergentes da América Latina devem ser os primeiros a começar a flexibilização das condições monetárias.

O gestor da BlackRock reconheceu, contudo, que o ambiente global não é dos mais favoráveis no momento, com a maior parte dos países convivendo com taxas de juros acima da média histórica, processo que deve levar a uma desaceleração nas taxas de expansão da atividade econômica mundial.

No caso dos emergentes, prosseguiu, um crescimento abaixo do visto nos últimos anos da China é um ponto de atenção que pode se refletir em um menor crescimento generalizado entre os pares.

Em um mundo em transformação, os governos que reagirem primeiro para se destacar frente aos pares serão os mais beneficiados e entrarão no radar dos agentes de mercado, enquanto aqueles que ignorarem os problemas vão ficar em segundo plano, disse o especialista.

"Colocaria o Brasil no primeiro grupo. Se o governo trabalhar o fiscal e fizer as reformas estruturais, tem grande potencial."

Bisat afirmou também que, em um cenário de baixo crescimento global, um risco acompanhado de perto pelos investidores globais diz respeito à adoção de políticas populistas por parte dos governos, com aumento dos gastos e do endividamento público.

"Sabemos que [o aumento da] dívida tende a ser ruim para o crescimento no longo prazo", disse o especialista.

Ele afirmou ainda que, até algumas décadas atrás, a abordagem do investimento em mercados emergentes era feita de maneira unificada pela maior parte dos investidores, que consideravam todos os países dentro de um mesmo bloco, que vinha sendo beneficiado por grandes tendências como a globalização e a redução do endividamento.

Hoje é preciso uma análise mais minuciosa do grupo, fazendo uma seleção daqueles países que apresentam melhores perspectivas para suas economias, em um ambiente de desglobalização e aumento do endividamento dos governos, disse o gestor da BlackRock.

"Não quero dizer que os emergentes não são interessantes como investimento. Acho que são muito interessantes e há muitas oportunidades. No entanto, não se pode atuar nesse mercado como antes. É preciso uma nova abordagem", disse Bisat.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/juros->

***no-brasil-estao-em-niveis-atraentes-e-ha-boas-
oportunidades-diz-blackrock.shtml***

Tensão monetária e fiscal e intervencionismo são desafios para crescimento mais forte

O caminho do Brasil para o crescimento a taxas mais elevadas nos próximos anos pode esbarrar numa eventual tensão entre a política fiscal e a política monetária, além de ser afetado pelo intervencionismo do governo na economia. Do lado positivo, o novo arcabouço para as contas públicas e a perspectiva de aprovação da **reforma tributária** são possíveis fontes de alento, contribuindo para o país entrar numa rota de expansão mais firme.

O ano começou com a atividade econômica mais forte do que se esperava, impulsionada pela agropecuária, a força do mercado de trabalho e as transferências de renda do governo. A expectativa dominante para os próximos anos, porém, é de que a política fiscal será expansionista, o que tende a manter um ambiente de **inflação** e juros relativamente altos, com dívida pública em alta e um **PIB** fraco. O novo arcabouço fiscal é a aposta do governo para mudar esse jogo e abrir espaço para reduções dos juros. O ponto é que a nova regra prevê altas das despesas sempre acima da **inflação**, dependendo de altas expressivas das receitas para que as metas fiscais sejam cumpridas.

Outro fator que tende a atrapalhar o crescimento é o viés intervencionista do governo. As críticas à privatização da Eletrobras, a mudança na política de preços da Petrobras e a tentativa de mudar o marco do saneamento criam ruídos e podem afastar investimentos. Discutida há décadas, a **reforma tributária** é uma das prioridades que podem ajudar o país a entrar numa trajetória de crescimento mais alto. No entanto, ainda não há consenso sobre a proposta a ser votada pelo Congresso. "Precisamos focar na construção do longo prazo, na melhora de todos os fundamentos e em permitir que o ambiente de negócios seja adequado para a decisão de investimento e produção", diz a economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi.

Esses são alguns dos principais temas tratados no caderno Rumos da Economia, que circula sempre em maio, mês de aniversário do Valor. O especial também discute os desafios em áreas como educação, inovação, política ambiental e relação entre os poderes.

Eletrobras

Site:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/05/31/tens-ao-monetaria-e-fiscal-e-intervencionismo-sao-desafios-para-crescimento-mais-forte.ghtml>

Rico paga menos: por que impostos do Brasil são considerados injustos e atrasados

Em um dos países mais desiguais do mundo, a discussão sobre o que é uma carga tributária justa não é trivial. Para especialistas, mexer em um sistema que beneficia uma pequena - porém influente e barulhenta - minoria explica, em parte, por que a ideia de justiça fiscal tem sido mais teoria do que prática.

A Constituição prevê que o Estado deve considerar a capacidade individual dos contribuintes ao recolher **impostos** para financiar o bem-estar comum: quem tem mais, paga mais; quem tem pouco, paga pouco ou nada.

Na prática, porém, não é bem assim que funciona. Isso porque, no Brasil, boa parte dos **impostos** arrecadados incidem sobre consumo, em vez de sobre renda e patrimônio.

Especialistas apontam que esse modelo, onde pesa mais a tributação indireta - o imposto pago automaticamente por contribuintes ao adquirirem um bem ou serviço -, fomenta desigualdades e está na contramão de nações com um sistema de proteção social comparável ao brasileiro.

Enquanto entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o consumo respondeu por, em média, 32% da arrecadação tributária segundo dados de 2020, no Brasil esse percentual foi de 42% no mesmo período e de 40% em 2022.

Para Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Unicamp e estudioso da área de justiça fiscal, o problema não é a carga tributária em si, mas a má distribuição dela entre os contribuintes. Atinge muito mais os pobres, e residualmente os ricos, explica. Pobres consomem tudo o que ganham. E como têm renda menor, essa parcela de **impostos** compromete uma parcela maior da renda deles.

O imposto sobre a renda da pessoa física tem quatro alíquotas: começa em 7,5% para quem ganha entre 1,9 mil reais e 2,8 mil reais mensais e chega a 27,5% para quem recebe mais de 4,6 mil reais mensais. O problema, segundo especialistas, é que esses parâmetros não só não refletem a alta no custo de vida nos últimos anos, como também desconsideram a brutal desigualdade do país.

Dados do World Inequality Lab apontam que a renda média mensal do 1% mais rico é de 103 mil reais. Do outro lado, 67 em cada 100 brasileiros têm renda média de até 2,4 mil reais mensais - destes, mais da metade ganha menos de um salário mínimo.

Quem recebe lucros e dividendos - pagos majoritariamente aos já abastados, que têm dinheiro para investir, e profissionais da elite - não paga nada de imposto. A Petrobras vai pagar mais de 200 bilhões de dividendos. Se um acionista receber 40 milhões de reais, esse dinheiro não é taxado um centavo de imposto, enquanto uma professora que ganha 5 mil reais é taxada 27,5% na fonte, exemplifica Fagnani. Taxação é o princípio da equidade, tem que ser proporcional à renda. E nós não taxamos proporcionalmente a renda.

Já no caso dos investimentos, quem tem patrimônio elevado tira proveito de cargas tributárias comparativamente menores.

Para o advogado tributarista e presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET), Schubert Martins, é uma situação de injustiça extrema. É justo eu tributar a 17% um grande aplicador e tributar a 27,5% quem ganha 5 mil reais?, questiona. Além do imposto de renda, a pessoa ainda paga a tributação em cima dos bens que ela consome para sobreviver.

No caso do imposto de renda, especialistas defendem que é possível aliviar as classes mais baixas ampliando alíquotas para os super-ricos e taxando lucros e dividendos.

Presidente **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva lembra que muitos profissionais bem-remunerados, como diretores de empresas, deixaram de receber como empregados e tornaram-se prestadores de serviço ou sócios, com remuneração por lucros - uma forma de pagar menos **impostos**, mas que deixa a previdência subfinanciada.

Existe um incentivo à pejetização na medida em que você não taxa a distribuição de lucros e dividendos. Sem corrigir o problema da pejetização, não vai ter ninguém para você cobrar 35% ou 45% de imposto de renda, porque a maioria recebe renda como lucros em vez de salário. A classe alta não paga imposto de

renda , diz Silva.

Além da alta tributação do consumo e das distorções no imposto da pessoa física, pesa também a subtributação de patrimônio. No país do agronegócio e dos investimentos imobiliários, esses **tributos**, em 2022, não chegaram a 5% da arrecadação total.

O imposto territorial rural, que deveria ser muito importante do ponto de vista da arrecadação, dado o tamanho do Brasil, gera 0,06% da arrecadação federal , exemplifica Machado, do ICET. Detentores de terras, vastas propriedades, não pagam imposto territorial.

E embora carros estejam sujeitos ao pagamento de **tributos**, bens como jatinhos e iates, apesar de mais caros e poluentes, não pagam nada. Outro aspecto do modelo brasileiro sob críticas é a taxação de heranças. Enquanto na Alemanha, por exemplo, o imposto pode chegar a até 50% do patrimônio, no Brasil, não passa de 8%.

Em comparação com o que é estudado em termos de justiça tributária no mundo, o Brasil tem uma deficiência de tributação nas heranças e isso acaba concentrando patrimônios em grandes famílias , observa Daniela Olímpio, pesquisadora e professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Ela diz ver o debate interdito pelo discurso de que tributar patrimônio levaria à fuga de capitais, algo sem evidências. Isso já aconteceu há muito tempo. Todos os ricos já têm contas em paraísos fiscais, veja [a investigação do caso] Panama Papers , contemporiza Fagnani. Só que não dá para pegar sua fazenda, seu prédio, e botar num navio. Tem que ver para onde eles vão. Se forem pros Estados Unidos, serão muito mais taxados que no Brasil.

Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, segue raciocínio semelhante. Esse tipo de argumento não deve interditar o debate, e sim estimulá-lo , afirma.

Outro ponto levantado pelos especialistas é a concessão de benefícios fiscais ao empresariado - segundo cálculos da Unafisco, por causa deles o Estado teria deixado de arrecadar 367 bilhões de reais até o final de 2022. Essas desonerações e isenções funcionam muito mal porque não há critério nem transparência. Não se demonstra necessidade dessa isenção , critica Machado.

Embora defenda a redução de **tributos** sobre a folha de pagamento como forma de aliviar o empresariado, Fagnani ressalta que por causa dos benefícios há diferenças entre a alíquota nominal e o imposto efetivamente pago pelas empresas, em torno de 22%. O setor financeiro praticamente não é tributado. Há

brechas legais para paraísos fiscais, com empresas exportando para subsidiárias em paraísos fiscais, praticando preços muito baixos para que imposto seja reduzido , enumera.

Autor de estudos sobre arrecadação tributária e diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Geiger acrescenta à lista de críticas benefícios fiscais para doentes crônicos e aposentados, além de despesas com educação e saúde privada - algo, aponta, que beneficia apenas a classe média alta a um custo relativamente alto.

Há uma visão equivocada de que a diminuição da taxação sobre renda e patrimônio dos mais ricos levaria a desenvolvimento , afirma Jefferson Nascimento, coordenador de pesquisa e justiça social e econômica da Oxfam Brasil. Na verdade, levou a mais desigualdade.

Segundo ele, essa mentalidade neoliberal, em voga desde os anos 1980, está sendo reavaliada ao redor do mundo. É por isso que, para ele e outros especialistas consultados pela DW, as discussões sobre a **reforma tributária** deveriam priorizar não a simplificação dos **tributos** sobre o consumo - caso da proposta atualmente em debate no Congresso -, mas sim o reequilíbrio da carga tributária como um todo.

A escolha que foi feita nesse momento foi de primeiro focar nos **impostos** indiretos, de bens e consumo. Mas para diminuir a desigualdade deveria ser o contrário: focar primeiro na reforma dos **impostos** diretos, sobre renda e patrimônio, e depois nos indiretos , avalia.

A imagem do brasileiro como favorável ao estado mínimo não condiz, segundo ele, com dados da própria Oxfam: em sondagem de 2022, 85% disseram apoiar que os mais ricos paguem mais **impostos** para financiar políticas sociais.

Receio é de que simplificação de **tributos** sobre o consumo acentue desigualdades e deixe discussão sobre renda e patrimônio em segundo plano. Para Fagnani, é arriscado discutir apenas a tributação sobre o consumo agora, deixando renda e patrimônio para depois. Corremos o risco de fazer só uma parte da reforma e melhorar a eficiência econômica, mas não mexer na questão central, que é a desigualdade de renda.

Se fizer só essa reforma, corre o risco até de aumentar os **tributos** , continua Fagnani. Simplificar aumenta a eficiência econômica, mas não estão reduzindo carga tributária sobre o consumo, que é elevadíssima.

Piscitelli chama atenção para o fato de que a

tributação uniforme do consumo, como tem sido discutido no Congresso, pode acentuar desigualdades se não houver mais uma diferenciação entre bens essenciais e supérfluos - ou aqueles considerados danosos e por isso sobretaxados, como cigarro, álcool e armas. Se [essa discussão] vier em um momento posterior, teremos que ter mais um debate no parlamento e enfrentar o lobby dos grupos de interesse.

Piscitelli se diz ainda preocupada com a falta de detalhamento da política de devolução de imposto - que tem sido chamado de cashback. Quem vai ser beneficiado? A devolução vai ser capaz de atingir todas as pessoas que não têm capacidade contributiva e que, portanto, poderiam ser tributadas de forma reduzida?

Seu temor é que uma parcela significativa da população que é pobre, mas não tanto a ponto de ser beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família, fique de fora do cashback e seja penalizada com o aumento de preços - caso, por exemplo, de mulheres que recebem um salário mínimo.

Elas teriam uma tributação altamente regressiva, sem possibilidade de compensação do imposto. Não consigo enxergar como isso melhoraria o sistema tributário da perspectiva da justiça, avalia. Parte-se do pressuposto que a gente tem que escolher: devolução ou tributação favorecida para bens e serviços essenciais. Podemos ter as duas políticas.

Oliveira, da USP, concorda e defende a isenção ou tributação diferenciada de produtos essenciais para a população mais vulnerável, como cestas básicas e absorventes. A simplificação nivela situações muito desiguais entre pobres e ricos e acaba onerando o mais pobre, ressalta.

Se essa discussão não for travada agora, alerta a pesquisadora, o risco é de aumentar ainda mais a taxação dos mais pobres pela via do consumo, com agravamento da desigualdade social. Daí a urgência, aponta Oliveira, de se falar também em tributação de renda e patrimônio.

*Publicada originalmente pela DW em 24/4/2023

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2023/05/31/rico-paga-menos-por-que-impostos-do-brasil-sao-considerados-injustos-e-atrasados.htm>

Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar no ano só para pagar impostos?

Do UOL, em São Paulo

Cento e quarenta e sete dias por ano. Ou 4 meses e 27 dias. É esse o tempo médio que o brasileiro teve que trabalhar em 2023 para dar conta dos **impostos**. O dado é de um estudo realizado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), que realiza anualmente a estimativa com base na carga tributária do país.

O total gasto para pagar **impostos** sobre renda, patrimônio e o consumo corresponde a 40,28% do rendimento médio dos brasileiros. O Brasil é um dos países com maior carga tributária e menos retorno para a população, de acordo com o IBPT. Em 2022, a carga tributária foi estimada em 40,82%. Até 2006 se manteve abaixo de 40%. Segundo o IBPT, com algumas exceções, houve um crescimento percentual dos gastos dos contribuintes ao longo das duas últimas décadas.

Em 2023, brasileiros trabalharam até 27 de maio de 2023 (147 dias) apenas para pagar **tributos**. Apesar do número alto, foram dois dias a menos que o total trabalhado em 2022 para pagar **impostos**: 149 dias. Segundo o estudo, isto aconteceu porque houve uma redução na cobrança de alguns **impostos**. O presidente executivo do IBPT, João Elói Olenike, diz que o governo sancionou uma lei que restringia a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte. Essa desoneração foi a principal responsável pela queda no número de dias.

Comparado à década de 1970, os brasileiros trabalham mais do dobro de dias para pagar imposto. Em 1989, foram na média 81 dias trabalhados para pagar tributo. Desde 2005, tem ficado acima de 140 dias, segundo o IBPT.

Em países como México, Chile, Argentina, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos, número de dias de trabalho para pagar imposto é menor. Países como Dinamarca, Bélgica e Suécia, por outro lado, possuem uma carga tributária ainda mais elevada, com seus cidadãos trabalhando mais de 160 dias por ano para pagar **tributos**.

O comparativo citado no estudo entre países tabela usa o índice da Carga Tributária sobre o **PIB** (ou seja,

transforma o percentual deste índice em número de dias trabalhados para pagar **tributos**). Veja a lista de países que mais pagam **impostos**, com base em dados de 2021 e nesta metodologia:

O governo federal defende a aprovação no Congresso de uma **reforma tributária**. A proposta é simplificar o sistema tributário brasileiro. Não há indicativos, porém, de que as mudanças irão reduzir a carga tributária total.

As mudanças prometidas pelo presidente Lula devem ser fatiadas em duas etapas:

Haddad avalia que a **reforma tributária** poderá ser votada na Câmara dos Deputados ainda no 1º semestre.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/31/quantos-dias-brasileiro-trabalha-para-pagar-imposto.htm>

Lula veta mudança no Sistema S e reduz imposto para setor aéreo (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta terça-feira (30) a Lei 14.592/2023, que trata de benefícios a diversos setores, como entretenimento, combustíveis e empresas aéreas.

Seguindo acordo fechado com congressistas para aprovação do texto no Legislativo, o presidente vetou os artigos que previam a destinação de 5% da contribuição ao Sesc e ao Senac para a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo).

Na mensagem de veto, Lula afirma que, "em que pese a boa intenção" da medida, ela "retira valores consideráveis do orçamento" do Sesc e do Senac "de forma imediata, o que pode acarretar em prejuízos para alguns serviços sociais relevantes prestados pelas entidades do Sistema S."

A possibilidade de destinação de recursos do Sistema S para a Embratur foi alvo de uma forte campanha contrária.

A lei sancionada tem como origem uma medida provisória editada no governo Jair Bolsonaro (PL), que incorpora também propostas enviadas pelo atual governo. O texto gera uma renúncia fiscal de R\$ 4,3 bilhões ao ano para a União.

A nova lei prevê a manutenção do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) nos mesmos moldes adotados durante a pandemia por mais cinco anos -embora com mais restrições quanto aos setores que podem ser beneficiados.

A lista contempla hotéis, albergues, campings, pensões, serviços de alimentação para eventos e recepções, produtoras de filmes para publicidade, atividades de exibição cinematográfica, produção e promoção de eventos esportivos, em um total de 44 segmentos beneficiados.

Somente pessoas jurídicas que já exerciam essas atividades em 18 de março de 2022 poderão usufruir dos benefícios tributários previstos.

A lei também estende até o fim do ano a desoneração de PIS/Cofins (**tributos** federais) sobre diesel,

biodiesel e gás de cozinha.

Estabelece ainda alíquota zero desses **tributos** para o setor de transporte aéreo para passageiros de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2026. A medida deve representar uma redução de R\$ 500 milhões nos custos da aviação civil brasileira, segundo o Ministério do Turismo.

O recolhimento dos mesmos **tributos** fica suspenso até 31 de dezembro de 2023 nas aquisições no mercado interno e nas importações de petróleo para produção de combustíveis.

A lei também incluiu a MP 1.159, que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo de créditos do PIS/Cofins, e a reedição por 90 dias do programa especial de regularização tributária para Santas Casas.

Altera ainda a taxa de remuneração dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ao BNDES para financiamento à inovação e digitalização.

Em nota, a CNC (Confederação Nacional do Comércio) lembra que o governo havia se comprometido a vetar os artigos sobre o Sistema S para que a MP pudesse ser aprovada antes de perder seu prazo de validade.

Conjunto de entidades gerenciadas por federações e confederações empresariais, segmentadas por tipo de setor econômico. São classificadas como privadas e não têm vínculo administrativo com o governo. Oferecem serviços de ensino, treinamento, pesquisa e lazer.

Da contribuição compulsória das empresas, que é recolhida da folha de pagamento dos trabalhadores. Alguns serviços e atividades são pagos pelos usuários.

Variam a depender do setor: 1% para Senai, Senat e Senac; 1,5% para Sesc, Sesi e Sest; 2,5% para SESCOOP; de 0,3% a 0,6% para o Sebrae e de 0,2% a 2,5% para o Senar.

Em 2022, as contribuições para o Sistema S somaram R\$ 27,3 bilhões, o equivalente a 1,2% da carga tributária federal e 0,28% do **PIB**.

As contribuições são recolhidas pela **Receita Federal**, que repassa para as entidades.

Os serviços sociais (Sesi/Sesc/Sest) desenvolvem atividades ligadas ao bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores, com centros destinados a esporte, cultura, saúde, alimentação e turismo, por exemplo.

Serviços de aprendizagem e apoio (Senai/Senac/Senat) oferecem cursos de qualificação (básica até pós-graduação) para trabalhadores desses setores, desenvolvem soluções de inovação e tecnologia para empresas e possuem programas de aceleração de startups, entre outras atividades.

Senar e Sescoop atuam nas duas funções (sociais e de aprendizagem).

O Sebrae é a única entidade que não está ligada a uma confederação e tem como objetivo auxiliar micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, por meio de cursos, consultoria, por exemplo.

Sesi, Senai, Senac e Sesc surgiram na década de 1940. A partir de 1990, o sistema ganharia mais cinco serviços autônomos.

O Senai foi criado por Getúlio Vargas em 1942 e é administrado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Surgiu com a missão de organizar e administrar escolas de aprendizagem para os trabalhadores do setor.

Em 1946, foi criado o Senac, ligado ao setor de comércio, serviços e turismo. No mesmo ano vieram o Sesi e o Sesc, para executar medidas que contribuíssem para o bem-estar social dos trabalhadores dos dois setores.

O Sebrae surgiu na década de 1970, mas só entrou no sistema S como entidade autônoma do governo em 1990. As demais entidades surgiram no período 1991-2001.

Diversos governos, entre eles Dilma Rousseff (2011-2016) e Jair Bolsonaro (2019-2022), já tentaram mexer na destinação dos recursos do Sistema S, mas fracassaram diante da pressão das lideranças empresariais, que barraram essas propostas no Congresso.

O ex-ministro da Economia Paulo Guedes, por exemplo, assumiu o cargo defendendo cortes em recursos para grupos de interesse, prometendo dar uma "facada" no Sistema S, mas não conseguiu fazer suas iniciativas prosperarem no Congresso.

Em 2019, Bolsonaro enquadrou as organizações nas regras da LAI (Lei de Acesso à Informação) e obrigou as entidades a detalhar gastos com salários e serviços.

Quando comandava o Ministério da Educação, em 2008, o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu fazer mudanças no sistema para ampliar a gratuidade e o número de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada de quatro entidades.

Também já houve tentativas de limitar as remunerações das entidades ao teto do funcionalismo federal (R\$ 41.650,92). No Sesi-SP, por exemplo, os valores divulgados chegam a R\$ 62.143.

O ex-senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) escreveu na década passada o livro "A Caixa Preta do Sistema S", com críticas ao modelo, como existência de cursos de valores elevados, sobra de recursos investidos no mercado financeiro, desvios cometidos por gestores e alta remuneração dos dirigentes, entre outras questões. Uma proposta de reforma elaborada pelo parlamentar também foi barrada no Congresso.

Em 2019, a Procuradoria-Geral da República cobrou transparência no uso do dinheiro repassado às entidades.

Líderes sindicais têm apresentado ao governo o pleito de aumentar a representatividade dos trabalhadores no Sistema S, para que eles participem da definição das estratégias das entidades, especialmente na área de formação profissional.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/lula-veta-mudanca-no-sistema-s-e-reduz-imposto-para-setor-aereo.shtml>

Imposto de Renda faz 100 anos merecendo mudanças (Bernardo Guimarães)

Bernardo Guimarães

Enquanto você se esforça para completar sua declaração de Imposto de Renda, outros milhões de brasileiros fazem exatamente igual. Estima-se que 38 milhões de declarações serão entregues esse ano.

Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas (juntando aí a CSLL) representam cerca de metade da arrecadação do governo federal. Contribuições previdenciárias, que também incidem sobre a renda do trabalho, somam mais uns 20%.

Nem sempre foi assim.

Há 100 anos, o Imposto de Renda estava nascendo. A arrecadação de IR começaria em 1924. Na década de 1920, o imposto sobre importação gerava mais de 30% da receita do governo brasileiro.

Impostos sobre importação eram muito usados no passado, em todo o mundo, pela facilidade de coletar e fiscalizar. Cobrar esse imposto requer apenas verificar o fluxo de mercadorias em alguns portos.

Por outro lado, para cobrar **impostos** sobre a renda, precisamos saber quanto uma pessoa ou empresa ganha. Isso é bem mais difícil.

Por isso, antigamente, **tributos** incidiam sobre coisas facilmente verificáveis. Para os padrões de hoje, alguns **impostos** eram bem malucos. Na Inglaterra do século 18, por exemplo, cobravam-se **impostos** sobre o número de janelas na casa.

Essa dificuldade associada aos **impostos** sobre a renda foi sumindo com o tempo. Hoje em dia, com as tecnologias e instituições modernas, é muito mais fácil cruzar informações de empregadores e empregados, fiscalizar as empresas e coletar esses **impostos**.

Assim, aos poucos, **impostos** sobre a renda foram se tornando mais e mais importantes no mundo todo.

Isso também se deu porque o Imposto de Renda tem vantagens importantes em relação a **impostos** sobre consumo ou importação.

Uma característica importante do Imposto de Renda é que ele pode ser progressivo. É fácil cobrar uma

alíquota pequena de quem ganha pouco e uma fração bem maior de quem ganha muito. Isso é mais difícil com **impostos** sobre consumo ou importação.

Claro, é possível taxar bens que os ricos em geral preferem consumir. Contudo, o objetivo de uma tributação progressiva não é desestimular o consumo de certos bens, é transferir renda de quem ganha mais para os mais pobres (indiretamente).

Porém, justamente por afetar a distribuição de recursos, é difícil concordarmos sobre as regras do Imposto de Renda.

Por exemplo, hoje podemos deduzir do imposto os gastos com saúde, previdência privada e um pouco dos gastos com educação. Faz sentido ser assim? Como deve ser a tabela do IR? Até que ponto deve haver isenção ?

Impostos, além de transferir recursos das pessoas para o Estado, desestimulam justamente o que gera a base para a arrecadação. **Impostos** sobre a renda do trabalho reduzem os incentivos para o trabalho formal.

Deixar de trabalhar não é uma opção viável para a grande maioria, mas a informalidade é. Trabalhar como pessoa jurídica também é possível, e os **impostos** são tipicamente bem menores para pessoas físicas que tomam esse caminho.

Idealmente, os **impostos** sobre a renda do trabalho cumpriram a função de arrecadar recursos de maneira progressiva sem afetar muito o emprego no setor formal. Além disso, os **impostos** sobre pessoas com rendas parecidas deveriam ser semelhantes.

Há espaço para melhorar. Seria desejável que a **reforma tributária** endereçasse, pelo menos em parte, o efeito negativo no emprego formal e as disparidades nas alíquotas de imposto efetivamente pagas.

Seja como for, **impostos** sobre a renda continuarão sendo muito importantes por muito tempo. Ainda preencheremos muita declaração de ajuste anual.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-guimaraes/2023/05/imposto-de-renda-faz-100-anos-merecendo-mudancas.shtml>

Reforma tributária: IVA dual parece ter mais aceitação, diz deputado

A ideia de IVA dual tem sido mais bem aceita nas discussões da **reforma tributária**, segundo o coordenador do grupo de trabalho que elabora a proposta na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes. O parlamentar participou do evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios em Brasília, nesta terça-feira (30).

A proposta da **reforma tributária** pretende unificar **tributos** com o Imposto sobre Valor Agregado. Há um debate entre um IVA único, que substituiria cinco **impostos** federais, estaduais e municipais. O IVA Dual resulta em um tributo federal e um de competência estadual e municipal.

No evento, o deputado confirmou que a reforma vai mudar o local da cobrança do tributo para onde o consumidor vive. A medida foi defendida pelos prefeitos no evento.

Reginaldo Lopes disse ainda que não haverá perda de arrecadação com a reforma, preocupação apontada por governadores na semana passada.

O deputado reafirmou que o relatório do grupo de trabalho vai ser entregue no dia 6 de junho e deve ser votado antes do recesso.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-05/reforma-tributaria-iva-dual-parece-ter-mais-aceitacao-diz-deputado>

Padilha diz estar otimista com tributária e que meta é votar na Câmara neste semestre

Brasília

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse estar otimista com a aprovação da **reforma tributária**. De acordo com ele, o Congresso assumiu a responsabilidade e a meta é aprovar a matéria na Câmara ainda neste semestre. Padilha falou em reunião semanal da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília.

Mais cedo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a reforma deverá ter mais dificuldade para passar no Senado. Segundo ela, a Casa Alta deverá levar todo o segundo semestre para discutir o assunto.

Os senadores são eleitos por votação majoritária e não proporcional, como os deputados. Isso os coloca mais como representantes dos interesses dos Estados do que de setores específicos da sociedade. Daí a possível dificuldade na Casa Alta: cada Estado tenta evitar perda de receita com a reforma.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/30/padilha-diz-estar-otimista-com-tributaria-e-que-meta-e-votar-na-camara-neste-semester.htm>

Tebet reconhece que governo terá mais trabalho para aprovar reforma tributária no Senado

Brasília e São Paulo

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, reconheceu que o governo terá mais trabalho para aprovar a **reforma tributária** no Senado. Ela prevê que a Casa deverá levar todo o segundo semestre para discutir e votar a matéria, enquanto que, na Câmara, a expectativa é de o texto ser aprovado até o meio do ano. Apesar da ponderação, Tebet se mostrou otimista com o avanço do tema.

Nunca vi momento tão propício para a **reforma tributária**. Nenhum estado ou município vai perder nos próximos 20 anos. Para quem acompanha de perto há muito tempo, **reforma tributária** nunca esteve tão madura para votar, disse Tebet em live promovida pelo O Globo e Valor Econômico.

Tebet ainda reforçou que o Ministério do Planejamento terá um papel decisivo na disciplina fiscal, antecipando riscos fiscais a cada dois meses.

Com revisões tributárias, estamos falando em R\$ 40 bilhões em aumento de receita sem subir imposto, disse Tebet, pontuando que não haverá revisão de gastos tributários com o Bolsa Família.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, acrescentou ainda que o debate da **reforma tributária** não se inicia do zero. Já existe maturidade, acreditamos que vai sair.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/30/tebet-reconhece-que-governo-tera-mais-trabalho-para-aprovar-reforma-tributaria-no-senado.htm>

Tebet: Fatores econômicos estão dados e 'não há justificativa' para não reduzir juros em agosto

Por Lucianne Carneiro, Marta Watanabe e Estevão Taiar, Valor - Rio, São Paulo e Brasília

Os fatores macroeconômicos estão dados para a redução da taxa de juros e "não há justificativa" para isso não ocorrer em agosto, com um corte de 0,25 ponto percentual, segundo a avaliação da ministra do Planejamento e do Orçamento, Simone Tebet, ao participar do seminário "E Agora, Brasil?", promovido pelos jornais Valor e "O Globo" nesta terça-feira (30).

Sem querer comentar sobre uma eventual mudança na meta de **inflação**, Tebet foi enfática ao apresentar diversos aspectos da conjuntura que permitam o início de corte, pelo Banco Central (BC), da taxa Selic, a taxa básica de juros da economia.

"Eu ousou dizer que não há justificativa para o segundo semestre já em agosto [reduzir os juros], a não ser que um fato relevante, excepcional e novo surja no meio do caminho, de pelo menos sinalizar uma queda de juros a médio prazo, por exemplo, já reduzindo em 0,25 (ponto) na reunião do Copom de agosto desse ano", disse.

Ela citou, por exemplo, as projeções de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano e no próximo, e a desaceleração da **inflação** e das projeções para frente.

"Só temos números bons. Parâmetros da SPE [Secretaria de Política Econômica] da Fazenda são de copo meio cheio. Estamos falando projeção de crescimento em 2024 de 2,3%, 2,4% e isso é receita que está entrando independentemente de qualquer coisa", afirmou ela. "Muito mais do que em meta de **inflação**, temos que falar em BC baixando os juros no segundo semestre, todos os fatores estão positivos."

Leia mais:

Galípolo: Novo arcabouço tem sucesso não só do ponto de vista político, mas do mercado

Galípolo: Novo arcabouço é simples e está bem alinhado com regras fiscais mais modernas

Galípolo: Regra fiscal está muito mais apertada do que parece

A ministra voltou a afirmar que a discussão sobre a meta da **inflação** "é uma não discussão" - "qualquer coisa que falarmos impacta o dólar" - e que o tema será discutido apenas alguns dias antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em sua fala, Tebet destacou que respeita a autonomia do BC e que votou, como senadora, pela condução de Roberto Campos Neto à presidência da autoridade monetária, mas lembrou suas demandas para que as atas e comunicados do BC sinalizassem para uma queda de juros.

"Entendo que o Banco Central, por estar ligado à administração pública, não dá para falar que seus comunicados e decisões não têm impacto político. Não discuto números, mas o que vejo como advogada. Um **comunicado** e a ata são tão importantes quanto a redução dos juros. Ora, se não dava para baixar juros, dava para sinalizar na ata - como depois foi na ata seguinte - uma boa vontade técnica com a equipe econômica e com o governo federal, que tem feito a sua parte", disse.

1 de 1 - Foto: Reprodução

- Foto: Reprodução

Por sua vez, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, disse que o governo vem trabalhando para que a economia possa entrar em um ciclo positivo, com crescimento e cenário de **inflação** bem comportada, para que se possa ter uma taxa de juros que a economia e a sociedade desejam.

"Se partirmos do pressuposto de que Brasil está condenado a um **PIB** de 1,5% com taxa de juros real de 4,5%, por mais sofisticado que seja o modelo, [ele] estará limitado a essa premissa que sempre dará um resultado ruim", disse o secretário ao ser questionado sobre o otimismo do governo sobre a atividade econômica. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) traz estimativas de crescimento de **PIB** entre 2024 e 2026 que vão de

2,3% a 2,8% ao ano enquanto o relatório Focus aponta para expansão de 1,3% a 1,8% no mesmo período.

Galípolo diz que há um campo de "especulação" sobre o futuro. Ele ressalta debate que vem sendo colocado "de forma clara e pertinente" pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos. A discussão, diz, parte do pressuposto de que o **PIB** potencial do país está em 1,5%, 1,6%, e que a chamada taxa de juros neutra está entre 4% e 5%. "Está claro que a relação dívida/**PIB** não vai se comportar bem."

O presidente do BC vem dizendo, ressalta Galípolo, que a solução para isso é que o Brasil precisa crescer mais. "E para isso precisamos trabalhar em reformas, como a tributária, em temas que permitam que o país possa crescer mais. Estamos trabalhando para isso."

O secretário ressaltou que dezembro do ano passado até agora as revisões dos grandes bancos e analistas vêm colocando o **PIB** para cima.

Mesmo com visão mais otimista, diz, com **PIB** crescendo mais, a **inflação** vem se comportando. "Como disse sobre a **reforma tributária**, cabe a nós trabalhar para que a economia possa entrar em um ciclo positivo", diz ele, com crescimento da economia em cenário de **inflação** bem comportada.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/30/tebet-fatores-economicos-esto-dados-e-no-h-justificativa-para-no-reduzir-juros-em-agosto.ghtml>

'E agora, Brasil?': Tebet prevê reforma tributária aprovada no Congresso só no fim do ano

Por Manoel Ventura e Alexandre Rodrigues, O Globo - Rio

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, previu hoje que a **reforma tributária** só deverá ser aprovada pelo Congresso no fim do ano. Ao participar do debate on-line da série "E agora, Brasil?", ela afirmou que a reforma, pauta econômica que vai suceder a do novo arcabouço fiscal no Congresso, pode ser aprovada na Câmara ainda no primeiro semestre, mas a tramitação no Senado será mais lenta.

-- Teremos mais mais dificuldades no Senado. A reforma deve ser aprovada na Câmara no primeiro semestre, mas deve levar um semestre inteiro no Senado -- afirmou a ministra, que foi senadora até o ano passado.

Ela deu a declaração ao participar da edição do "E agora, Brasil?" que discute o projeto que institui um novo arcabouço fiscal para a gestão das contas públicas, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada e agora segue para a apreciação do Senado. Também participa do evento o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo.

A série "E agora, Brasil?" é uma realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. O debate on-line começou às 10h e termina às 11h30m, com transmissão nos perfis do GLOBO no Facebook e no YouTube. Acompanhe ao vivo agora no link .

A mediação do debate é feita por Vera Magalhães, colunista do GLOBO, e Sérgio Lamucci, editor executivo do Valor.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o marco fiscal é crível, flexível e sustentável. Ela brincou dizendo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, jogou "uma granada sem pino no colo" diante da necessidade de aumentar as receitas para cumprir as metas do arcabouço.

- As metas do arcabouço são audaciosas, um desafio,

mas são críveis e estamos no ministério do Planejamento para ajudar - disse Tebet.

Ela afirmou que está confiante na aprovação no Senado do texto que passou na Câmara, cujas alterações na proposta do governo considerou positivas. Ela afirmou que o projeto formulado pela Fazenda com a colaboração do seu ministério foi enviado ao Congresso sem "gordura" para negociação:

- Qualquer mexida impacta na possibilidade de gastos discricionários.

Galípolo negou que o arcabouço fiscal seja frouxo, especialmente no primeiro ano. Em 2024, o governo poderá gastar mais se conseguir ampliar as receitas. Ela afirma que a regra fiscal está "muito mais apertada" e que isso vai gerar discussão sobre outros gastos.

- A verdade é que, do jeito que está a regra, a coisa está muito mais apertada do que parece. Isso vai vir à luz do sol rápido e as pessoas vão entender que o tema que vamos ter que enfrentar é outro. É se estamos dispostos a espremer educação, saúde, que são prioritários para o nosso país - afirmou. - O problema é de outra natureza, de quão apertado e desafiador está esse orçamento. A nossa dificuldade vai ser quão os desafios da dor vai ser 2023 para 2024.

Galípolo disse que a preferência é por esforço fiscal mais progressivo.

- É preciso separar a criação de imposto, que temos evitado, com evidenciar e explicitar as renúncias (fiscais).

Galípolo, destacou que as taxas de juros de longo prazo do mercado já reduziram por conta da aprovação do arcabouço fiscal na Câmara, numa evidência de que vai no sentido de dar maior previsibilidade sobre as contas e a dívida públicas, em sua opinião.

- Quando eu olho para o mercado e para o preço dos

ativos, desde a divulgação do arcabouço, a taxa de juros longa vem cedendo e tem uma projeção para o médio prazo de taxas de juros do mercado. O câmbio atingiu um novo patamar - disse.

Ele também citou o diálogo com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para afirmar que o risco de uma trajetória explosiva da relação dívida bruta do país com o **PIB** não existe:

- As projeções que a gente tem feito, como foi dito até pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é que aquele risco que existia de uma trajetória explosiva da relação dívida/**PIB** foi afastado a partir do anúncio do novo regime fiscal.

A aprovação na Câmara foi a primeira etapa vencida pelo governo para o estabelecimento do novo arcabouço fiscal, que vai substituir o atual teto de gastos.

Ao mesmo tempo em que impedem o descontrole das contas públicas e tranquilizam o mercado financeiro quanto à evolução da dívida do país, as novas regras fiscais foram acompanhadas no texto aprovado pelos deputados de restrições mais rígidas para o caso de as metas não serem atingidas.

Durante o debate, dois dos mais importantes integrantes da equipe econômica do governo Lula vão explicar como o governo pretende aprovar o novo arcabouço fiscal no Senado e viabilizá-lo como um instrumento que confira credibilidade às finanças públicas, bem como responder às principais críticas levantadas em relação ao novo marco.

Ex-senadora pelo MDB do Mato Grosso do Sul, Simone Tebet foi candidata à Presidência em 2022. Terceira colocada, apoiou a eleição de Lula no segundo turno. Gabriel Galípolo, economista com experiência no mercado financeiro, ingressou no governo como braço direito do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e acaba de ser indicado para assumir a Diretoria de Política Monetária do Banco Central.

Site:

[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/e-
agora-brasil-tebet-preve-reforma-tributaria-aprovada-no-
congresso-so-no-fim-do-ano.ghtml](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/e-
agora-brasil-tebet-preve-reforma-tributaria-aprovada-no-
congresso-so-no-fim-do-ano.ghtml)

'O olhar não pode ser focado no curto prazo', diz economista sobre reforma tributária

Por Cássia Almeida - Rio

A economista Débora Freire foi para o governo levando na bagagem estudos sobre **reforma tributária**. Juntamente com Edson Domingues, da UFMG, sua pesquisa mostra que haverá melhora na distribuição de renda com devolução dos **impostos** para os mais pobres, que substituiria a desoneração da cesta básica. É um cashback que se discute estender a saúde e educação.

Ela afirma que a resistência dos setores que terão o imposto majorado será vencida com a perspectiva de mais crescimento e produtividade na economia. E defende que a reforma será um legado para o desenvolvimento econômico brasileiro, já que os efeitos não serão sentidos nesse governo.

Agropecuária, indústria alimentícia, saúde, educação, advogados, prefeitos... Há reclamações de todos os lados sobre a **reforma tributária**. Que concessões o governo está fazendo para vencer essa resistência?

O governo tem tentado avançar, da forma mais correta possível, a respeito dos impactos da reforma. No Ministério da Fazenda, há uma secretaria especial para dar respostas e subsídios para explicar a reforma e seus efeitos, amplamente estudados. As resistências serão trabalhadas a partir da democracia e do diálogo dos benefícios potenciais que essa reforma vai gerar. Todos os setores vão se manifestar nas audiências públicas.

A reforma implica um pacto social. Seus efeitos serão absorvidos no médio e longo prazo, com maior produtividade e crescimento econômico. Há alternativas estudadas em alguns setores, como saúde e educação privada, sobre o que o Estado poderá fazer para mitigar esses impactos de curto prazo. De fato, esses setores no curto prazo teriam aumento de alíquota.

Mas é importante frisar que, quanto mais diversificado for o sistema de alíquotas, mais mitiga o ganho potencial da reforma no crescimento, impondo um custo de eficiência em relação aos efeitos da reforma. No curto prazo, para impulsionar esses setores, há a política de cashback, de devolução dos **impostos** para as famílias.

Não há nada certo, se vai ser o cashback, ou um tratamento especial, ou outra forma. É uma resposta que está sendo construída com estudos e diálogo no Congresso.

A reoneração afeta diretamente o setor agropecuário, que tem reclamado do fim do benefício para a cesta básica.

O agronegócio ganha com a reforma, há ganhos de produtividade. E será ainda mais beneficiado por conta do cashback, já que os gastos das famílias mais pobres são maiores com os alimentos. A agropecuária tem uma cadeia muito grande. Uma vez eliminada a cumulatividade (**impostos** cobrados sobre valores com **impostos**), o setor se beneficia grandemente.

A reoneração da cesta básica viria em conjunto com o cashback, que daria mais foco ao benefício, uma vez que a isenção de **impostos** desonera as classes de renda da mesma forma. Estudos mostram que a desoneração não se reflete em grandes reduções de preços. Reoneração com essa devolução é uma política pública potencialmente mais efetiva.

Haverá também um período de transição, de seis anos, para que o setor possa absorver todos esses ganhos. O olhar não pode ser focado no curto prazo, tem que olhar para os setores. E já há o ganho de partida com redução da cumulatividade.

O que o governo está fazendo para engajar a sociedade em um tema tão árido?

A estratégia é comunicar de forma mais ampla os benefícios da reforma. Para a sociedade civil e até para o empresariado, é difícil perceber os benefícios, não há um ganho imediato. Há um período de transição de seis anos para absorver os efeitos potenciais. O governo está encampando uma reforma que traz grandes impactos de médio e longo prazos, com potencial de aumentar o crescimento potencial, renda e desenvolvimento.

O Ministério da Fazenda, encampando a proposta, está sendo honesto e corajoso por encarar uma discussão tão difícil como a reforma, mesmo que seus ganhos mais amplos só sejam sentidos no longo prazo. A reforma é um legado para o desenvolvimento brasileiro.

Como ficará a situação da Zona Franca de Manaus?

O modelo tem sido estudado, haverá de fato a manutenção da Zona Franca. Estamos trabalhando conjuntamente com os representantes da Zona Franca para pensar a melhor saída para essa questão. Será uma solução de consenso.

Como ficará a questão das renúncias tributárias na reforma, já que o Simples e a Zona Franca, as duas maiores, serão mantidas?

Gastos tributários têm um prazo legal que vai ser respeitado. No período de transição, ainda vão vigorar alguns benefícios. A reforma vai tornar mais transparente o sistema tributário, e há a previsão de um fundo de desenvolvimento que inverte a lógica de incentivo. Serão mantidos os prazos legais, mas estamos encampando uma reforma que vai trazer mais luz ao dar mais transparência para os benefícios tributários.

Prefeitos, principalmente os de grandes cidades, têm se colocado contra a reforma, pela perda de receita e do poder de tributar. Como está a negociação com eles?

É uma questão pacificada. Tivemos vários encontros oficiais com prefeitos. Estamos mostrando os principais ganhos. Os pesquisadores Sergio Gobetti (economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea) e Rodrigo Orair (diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**), notoriamente reconhecidos, mostram que 85% dos municípios saem ganhadores com a reforma.

Um município pode ter um crescimento menor em comparação com outros, mas todos ganham. É consensual. Mesmo os de grande porte vão ganhar com o crescimento.

A votação do arcabouço ajuda a acelerar a reforma?

São temas fiscais, mas distintos e isolados. A **reforma tributária** vai trazer mais crescimento econômico e pode beneficiar o arcabouço, apesar de a reforma ser fiscalmente neutra, não ter aumento de carga tributária. O benefício virá do aumento do **PIB** potencial, com ampliação da base.

A reforma auxilia por dar mais folga para equilibrar as contas públicas. São temas independentes que se comunicam. Um sistema tributário mais eficiente e mais simples obviamente tem maior potencial de crescimento, o que ajuda o fiscal.

A política para o carro popular trará mais renúncias

fiscais. Não prejudica a **reforma tributária**?

Como os demais benefícios, é temporário e teremos um período de transição da reforma. O carro popular é um projeto temporário e não implica qualquer entrave. É uma prioridade importante no Brasil fomentar o uso de transporte que seja mais sustentável.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/olhar-nao-pode-ser-focado-no-curto-prazo-diz-economista-sobre-reforma-tributaria.ghtml>

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga

O que eu defendo não é que se reduza drasticamente a Selic. Não é isso. Mas já tem espaço para fazer as primeiras reduções. Estou falando de 13,75% para 13,5%.

Presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), uma das mais relevantes do setor industrial, José Velloso engrossa o coro dos que clamam por uma queda na taxa básica de juros - a Selic - fixada pelo Banco Central.

Segundo Velloso, a autoridade monetária nacional até acertou no início do ciclo de elevação de juros para conter a **inflação**. Mas a atual taxa, em sua opinião, é um exagero.

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga, critica o presidente da Abimaq. O Banco Central, com essa política, está contratando um **PIB** baixo em 2023 e 2024. Quem sabe a gente consiga salvar 2025, complementa Velloso, que é engenheiro mecânico e administrador de empresas de formação.

Confira abaixo a íntegra da entrevista.

Como o senhor avalia a atual política de juros no país?

O Banco Central foi uma das primeiras autoridades monetárias do mundo a combater a **inflação**. Então, eles tiveram uma visão antes de outros bancos centrais de que vinha um tsunami pela frente, em função do aumento de commodities, do problema das cadeias globais de valor, da guerra comercial entre Estados Unidos e China, da desorganização do transporte internacional em função da covid. E depois culminou com a crise da Guerra da Ucrânia.

Embora o Banco Central tenha acertado no começo, para nós fica claro que existe um exagero na taxa Selic. O Brasil já há bastante tempo tem tido a maior taxa de juros reais do mundo. Eu acho que nada justifica isso.

E nos últimos dois meses aumentou ainda mais. Agora, em particular, a situação de abril - com o IPCA a 4,18% [no acumulado dos últimos doze meses] - mostra que realmente a **inflação** despencou. E continuamos com uma taxa de juros muito alta. Vamos fazer uma comparação: quando a **inflação** estava em

torno de 4,5%, em 2021, o Banco Central chegou a baixar a Selic para 2%.

Mas há uma banda de economistas, muitos deles ligados ao mercado financeiro, que contesta a visão de que há espaço para a queda de juros. A divulgação do IPCA, com uma alta de 0,61% apenas em abril, teria mostrado que o núcleo da **inflação** vem se mostrando persistente, o que inviabilizaria a redução de juros. Como o senhor vê esse argumento?

Isso não é verdade. A gente deve terminar o ano com uma **inflação** de 5,5%. Ora, uma **inflação** de 5,5% não justifica uma taxa Selic de 13,75%. Tanto não significa que o próprio mercado - uma coisa incomum, uma grande novidade para o Brasil - está precificando os juros de longo prazo abaixo da Selic.

O que eu defendo não é que se reduza drasticamente a Selic. Não é isso. Mas já tem espaço para fazer as primeiras reduções. Estou falando de 13,75% para 13,5%.

Há economistas que dizem que a indústria brasileira só sobrevive graças a proteções, subsídios e incentivos fiscais - a indústria automotiva é um dos exemplos mais citados. Como o senhor encara essa crítica?

Desde 2016, quando começou o governo **Temer**, não existe nenhum incentivo de taxa de juros ou de financiamento subsidiado para a indústria. Outros setores, como construção civil, têm subsídios.

Eu concordo com você que os economistas ligados ao setor financeiro, que fazem um grande lobby aqui no Brasil, têm mais voz. Mas falar em 2023 que a indústria paga meia-entrada? Isso não é verdade. A indústria, de tudo o que ela produz, 44% viram **impostos**.

Nenhuma indústria do mundo paga o custo de capital que o Brasil paga. E nós temos aqui no Brasil um setor financeiro muito pouco regulado. Por isso que a gente vê hoje, por exemplo, cartão de crédito a 430% de juros.

O atual governo defende a reindustrialização do país - ou de pelo menos tentar criar políticas para esse fim. Como o senhor enxerga essa diretriz?

É totalmente necessária a reindustrialização do Brasil. Nos últimos 10 anos, subiu mais de 20% o **PIB** da agropecuária e o **PIB** do Brasil subiu só 1,4%. Então, a agropecuária não puxa **PIB** e gera pouco emprego e renda.

Então, é importante que o Brasil agregue valor a essas riquezas que nós temos. Agregar valor na agricultura, na exploração mineral, no petróleo.

Mas, para fazer isso, o Brasil precisa de uma agenda de competitividade. Não adianta a gente fazer um processo que não se sustenta a longo prazo.

Então, é importante que a gente faça a reindustrialização do Brasil, aproveitando as nossas vantagens comparativas através de medidas estruturantes e reformas.

Porque é através da indústria que você vai gerar empregos de melhor qualidade, com mais tempo de escolaridade. E também você vai gerar mais inovações.

Um primeiro passo importantíssimo é a aprovação da **reforma tributária** que está na Câmara Federal, do IVA. E outro passo importante também é a aprovação desse arcabouço fiscal que foi apresentado.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/05/30/nenhuma-industria-do-mundo-paga-o-custo-de-capital-que-o-brasil-paga.htm>

Fatiar reforma tributária pode impedir redução de desigualdades

Fernanda Strickland

A **reforma tributária** é essencial para a redução das desigualdades sociais, mas é preciso que seja feita em conjunto com outras mudanças na legislação. Essa foi a conclusão do diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, durante evento promovido por entidades de auditores fiscais, nesta segunda-feira (29/5).

Penso que a reforma da tributação sobre o consumo não é antagônica à da renda. Ela é complementar à da renda. E está em linha com o que foi proposto pela **Reforma Tributária** Solidária. Todos os pilares estão na RTS. A gente deve tentar , argumentou Manoel.

No entanto, a **reforma tributária** discutida no Congresso Nacional foi pautada de maneira fatiada: primeiro, será modificada a tributação sobre o consumo, depois sobre a renda e, por fim, será debatida a folha de salários.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) reconheceu que, apesar dos avanços no combate à desigualdade social nos governos petistas anteriores, houve pouca evolução na política de **impostos**. Essa foi uma limitação. A gente não avançou pra acabar com distorções de um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo , avaliou.

Lindbergh disse ter receio de que, com o fatiamento da reforma, seja implementada só a primeira fase, e que a segunda não aconteça, haja vista a correlação de forças desse Congresso Nacional .

A deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) frisou que, quando é para discutir reformas estruturais o fatiamento não nos ajuda . Além disso, lembrou que, sobretudo na pandemia, a desigualdade no acúmulo de riquezas se intensificou. Há uma concentração, segundo o Credit Suisse, do 1% mais rico de 49% de toda a riqueza nacional, com um incremento de 3% de 2019 a 2020 , citou.

Boas práticas

Alexander Klemm, chefe da Divisão de Política Tributária do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, enfatizou que o Brasil se distancia das boas

práticas internacionais de política tributária. A desigualdade é marcante na América Latina, mas no Brasil é ainda maior , frisou.

Para reduzir a pobreza, destacou, podem ser implementadas políticas tributárias, como isenção de **impostos** ou sistema de cashback, assim como políticas de transferência de recursos. Porém, a melhor política é a tributação progressiva, que cresce com o aumento da renda. Para ele, o Brasil deve pensar na progressividade em todo o sistema tributário, não somente num imposto específico. A tributação da renda de capital é inconsistente no Brasil, e não tem mudado desde os anos 80 , analisou.

O economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alberto Barreix, destacou que é muito importante que o regime tributário brasileiro seja sustentável e competitivo, porque vai ser um modelo para muitos países .

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5098099-fatiar-reforma-tributaria-pode-impedir-reducao-de-desigualdades.html>

Coordenador da reforma tributária vê mais convergência por um IVA dual

Por Ana Paula Castro e Bianca Lima, TV Globo e GloboNews - Brasília

O coordenador do grupo de trabalho que discute a **reforma tributária** na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou nesta segunda-feira (29) que existe mais convergência para adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no modelo dual.

Lopes fez a avaliação ao deixar um encontro com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Atualmente, existem duas propostas sobre a **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional. Os textos preveem a substituição de cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um ou dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVA):

??Na proposta do IVA dual, a previsão é a substituição de cinco **tributos** por dois **impostos** - um de competência federal, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios;

??Em relação ao IVA único, a substituição seria integral. Os cinco seriam unificados em um só tributo.

Segundo Reginaldo Lopes, neste momento, há mais aceitação para o modelo com divisão federal, estadual e municipal.

"Você tem mais convergência pro IVA dual (...) [é] melhor para o modelo, para pactuações, convergências, neste momento, vai acabar sendo mesmo o IVA dual", disse o coordenador do GT.

No entanto, para o relator Aguinaldo Ribeiro, o IVA único seria melhor para o país, mas não há "problema" em adotar o modelo dual se "politicamente for o caminho".

Essa posição é semelhante à do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

Em audiência na Câmara dos Deputados, em março, Appy defendeu que seria melhor para o contribuinte ter um imposto só, mas o melhor modelo é aquele que tem condições de ser aprovado no Congresso Nacional.

O relator explicou ainda que não há consenso entre os governadores sobre o tema, mas que o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) está trabalhando junto ao grupo para construir uma posição uníssona dos estados.

Parecer do grupo

A intenção do grupo de trabalho é apresentar o relatório na próxima segunda-feira (6), com as diretrizes da proposta.

Segundo o relator Aguinaldo Ribeiro, o grupo vai se reunir amanhã (30), para "começar a fechar consensos", inclusive sobre a adoção ou não de um modelo de IVA dual.

Com a implementação do IVA no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

Atualmente, cada etapa da cadeia paga os **impostos** individualmente, e eles vão se acumulando até o consumidor final.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/29/coordenador-da-reforma-tributaria-ve-mais-convergencia-por-um-iva-dual.ghtml>

Fernando Haddad se reúne com relator da proposta da reforma tributária

JR na TV

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu hoje com o relator da proposta da **reforma tributária**. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional, divulgados nesta segunda (29), mostram que a dívida pública federal cresceu em abril e superou os R\$ 6 trilhões. O valor aumenta quando o Tesouro Nacional precisa de mais empréstimos para pagar as despesas do governo, que estão acima da arrecadação com **impostos**.

Site: <http://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/fernando-haddad-se-reune-com-relator-da-proposta-da-reforma-tributaria-29052023>

Aguinaldo: IVA único é melhor, mas não é problema se politicamente Dual for o caminho

Brasília, 29

Relator da **reforma tributária**, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse nesta terça-feira, 29, que, apesar de considerar o IVA único um modelo melhor tecnicamente, não veria problemas em adotar no seu parecer o IVA Dual, caso essa seja a opção politicamente mais bem aceita.

Tecnicamente o IVA único é melhor, mas se politicamente dual for o caminho, não é problema, disse após sair de reunião do Ministério da Fazenda com Fernando Haddad. Ele estava acompanhado do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho sobre a reforma, para quem o IVA Dual pode ser o melhor caminho neste momento. Grupo de trabalho vai definir, ponderou o relator.

A definição constará do relatório que Ribeiro pretende apresentar no próximo dia 6. Ele reconheceu, contudo, que o assunto não é unanimidade entre os governadores, já que parte defende o IVA dual, e outra parte o IVA único. A definição, segundo ele, passará pelo grupo de trabalho, que nos próximos dias terá reuniões com associações de prefeitos e municípios, e agendas com governadores.

Além da escolha sobre o sistema único ou dual, o parecer que será apresentado no dia 6 também responderá a questão relativa as alíquotas, disse Ribeiro. O deputado, contudo, não detalhou a escolha. Há setores que pressionam por uma alíquota diferenciada, sob a alegação de que sairão prejudicados na reforma a partir de uma aplicação única.

Estamos avançando nas discussões. Amanhã teremos reunião do GT, disse o relator. Como já havia mostrado o Broadcast, a ideia é que, após o dia 6, as discussões com Estados, municípios e União sejam aprofundadas, com detalhamentos que constarão do substitutivo a ser votado pela Câmara. Relatório do dia 6 será das diretrizes consensuais. O substitutivo iremos discutindo com Haddad, Appy, comentou o deputado. Lopes também observou que o grupo está intensificando os diálogos sobre questões específicas do sistema tributário, como o futuro da Zona Franca de

Manaus (ZFM), além do debate sobre a fonte de recursos que alimentarão o fundo de desenvolvimento regional. O fundo é tema central, precisamos construir solução consensuada, o relator.

Ribeiro afirmou ainda que o que estiver consensuado já estará presente no relatório do dia 6. Para um segundo momento poderão ficar detalhes mais específicos, que, por exemplo, dependem de cálculos. Evidente que estaremos fazendo para consolidar posição majoritária. Mas se tudo estiver pronto no dia 6, não há motivo para protelar, concluiu.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/29/aguinaldo-iva-unico-e-melhor-mas-nao-e-problema-se-politicamente-dual-for-o-caminho.htm>

Câmara estuda modelos internacionais de IVA que sirvam de exemplo para o Brasil, diz deputado Reginaldo Lopes

Coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** afirma que estão em estudo vantagens do IVA Dual e do IVA único

Por Cibelle Bouças e Guilherme Pimenta, Valor - Belo Horizonte e Brasília

29/05/2023 16h23

Câmara estuda modelos internacionais de IVA que sirvam de exemplo para o Brasil, diz deputado Reginaldo Lopes

Foto Pablo Valadares /Câmara dos Deputados

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, disse hoje, durante evento em Belo Horizonte, que o grupo estuda modelos internacionais de Imposto de Valor Agregado (IVA) que possam servir de exemplo para o Brasil, com destaque para o modelo francês, com alíquotas diferenciadas. Segundo ele, existem mais convergências pela adoção de um IVA Dual do que um IVA único. Ainda assim, não há uma definição precisa.

O IVA tem alíquota de 20% para bens e serviços no geral, de 10% para serviços de hotelaria e restaurantes, 5% para construção civil e 1,2% para medicamentos. "Estamos estudando a adoção de alíquotas diferenciadas, pelo impacto social e também para combater a sonegação", afirmou Lopes.

A notícia agradou representantes do varejo que participaram de um encontro promovido em Belo Horizonte pela Fecomércio-MG para discutir a **reforma tributária**. "Houve uma evolução muito grande nas discussões sobre a **reforma tributária**. Ele [Legislativo] já consegue entender que a alíquota não pode ser única, tem que ser diferenciada. Dessa vez o deputado falou em quatro alíquotas. Então, a situação nos agrada. Estamos ansiosos com essa reforma. Acredito que se houver erros eles poderão ser ajustados depois. Mas o mais importante é uma reforma com alíquotas diferentes, a não cumulatividade e o empresário poder ter uma garantia jurídica", afirmou Nadim Donato, presidente da

Fecomércio MG.

Uma das preocupações apontadas pelo varejo é em relação ao Simples Nacional, regime usado por pequenas e microempresas, que na visão dos empresários poderia sofrer algum tipo de aumento. Mas o deputado disse que o Simples será preservado. "O Simples está preservado. Nós vamos manter a legislação do Super Simples. Nós vamos permitir àqueles que querem creditar migrar para o IVA. Para os prestadores de serviço que estão no fim da cadeia não vale a pena, é melhor continuar no Super Simples. Mas para aqueles que estão no meio da cadeia produtiva poderão migrar", afirmou Lopes.

Cássia Ximenes, presidente do Sindicato da Habitação de Minas Gerais (Secovi MG), defendeu uma alíquota diferenciada para o setor. Ela disse que a maioria dos imóveis são de pessoas físicas que têm um único imóvel para alugar. Reginaldo Lopes disse que ainda está em estudo o tratamento a ser dado a esse setor.

O coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** disse que há um consenso hoje no Congresso, no Executivo e no setor privado em relação à necessidade de se fazer a **reforma tributária**. De acordo com o deputado, o modelo tributário brasileiro gera de 7% a 20% de custos na produção de bens manufaturados e serviços, por causa da cobrança em cascata de **impostos**. Hoje, isso representaria R\$ 1,2 trilhão a mais no **PIB**.

A tributação em cascata encarece a produção e faz o país perder produtividade no mercado externo. Lopes disse que esse cenário fez o Brasil apresentar déficit na balança comercial de manufaturados de US\$ 128 bilhões no ano passado. "É bom destacar que US\$ 1 bilhão gera 30 mil empregos na indústria. Estamos exportando trabalho e importando mercadorias", afirmou Lopes.

De acordo com o deputado, a **reforma tributária** vai proporcionar um aumento na renda per capita de R\$ 500 por mês, graças a um crescimento potencial do Produto Interno Bruto (**PIB**), de 12% a 20% nos próximos dez anos.

Lopes disse que o grupo de trabalho vai entregar o relatório do grupo ao relator da proposta de **reforma tributária** no dia 6 de julho. "Nos próximos dez a 15 dias vamos sentar com todas as bancadas e, a partir dessa rodada, vamos iniciar o substitutivo que vai ser apresentado no plenário", afirmou.

O deputado disse que ainda falta resolver três questões com os Estados: o fundo de desenvolvimento regional, seu funcionamento e composição; a transição para adoção do IVA, com pagamento de compensação; e como funcionária o órgão gestor, se o modelo de arrecadação será centralizado ou dual.

O parlamentar acrescentou que o presidente da Câmara dos Deputados, Artur Lira, já afirmou que só encerrará o semestre legislativo após a apreciação da **reforma tributária**. Na avaliação de Lopes, há possibilidade da **reforma tributária** ser aprovada por mais de 400 votos na Câmara. "Se a gente não tiver a competência de fazer a convergência vai ocorrer o que já ocorreu nos últimos 70 anos, a reforma não vai ser aprovada. Estou muito confiante que vamos conseguir a aprovar com ampla maioria."

Zona Franca de Manaus

Lopes e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PA), relator da reforma, se reuniram mais uma vez no fim desta tarde com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Questionados no fim da reunião sobre soluções para, por exemplo, a Zona Franca de Manaus, eles se limitaram a dizer que estão buscando construir consensos. A área de livre comércio no Amazonas é tida hoje como o principal ponto que está travando a reforma.

Ainda assim, eles garantiram que o relatório será apresentado em 6 de junho. Segundo os líderes, caso não haja consenso sobre determinados temas até lá, eles serão tratados posteriormente no substitutivo.

Os deputados também disseram que estão debatendo como será constituído o fundo de desenvolvimento regional.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/29/camar-a-estuda-modelos-internacionais-de-iva-que-sirvam-de-exemplo-para-o-brasil-diz-deputado-reginaldo-lobes.ghtml>

Correção: Haddad: única MP que preocupa é a do Carf; PL com urgência constitucional foi enviado

Brasília

A matéria publicada anteriormente continha uma imprecisão no título e no texto. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava relatando o acordo feito com o presidente da Câmara, Arthur Lira, de o governo enviar um projeto de lei (PL) com urgência constitucional. Esse PL, no entanto, já foi enviado pelo governo ao Congresso e, portanto, não será enviado nenhum novo texto como deu a entender o título. Segue a matéria com ajustes no texto e no título.

Única MP que preocupa é a do **Carf**, diz Haddad; PL com urgência constitucional foi enviado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 29, que a única medida provisória em vias de perder a validade que preocupa o governo é a do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, mas que a alternativa de um projeto de lei deve avançar, com nomeação de relator nesta semana. A única MP que preocupa é a do **Carf**. A do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) não vai ser votada, eu acho. Sobre a do **Carf**, nós combinamos com o (presidente da Câmara, Arthur) Lira de mandar um PL com urgência constitucional e ele deve nomear um relator para o PL nesta semana, comentou, ao chegar ao Ministério da Fazenda.

O PL citado pelo ministro já foi enviado pelo governo no dia 5 de maio, com urgência constitucional, que é um mecanismo que permite ao presidente solicitar celeridade na avaliação de projetos no Congresso, com prazo para avaliação e sob pena de trancamento de pauta.

O governo quer restabelecer o voto de qualidade no **Carf**, mas aceitou fazer a mudança por projeto de lei, ainda que possa haver um vácuo entre o fim da vigência da MP e a votação da proposta.

Taxação do comércio eletrônico internacional

O ministro também comentou sobre o plano de conformidade da **Receita Federal** para a taxação do comércio eletrônico internacional.

Ele disse que a proposta está avançada e que pode haver novidades nos próximos dias, mas não nesta semana, e que não há definição sobre as alíquotas.

Carros populares

Questionado sobre a proposta para os carros populares, Haddad disse que apesar do prazo de 15 dias dado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Fazenda apresentará cenários para ele ainda nesta semana.

Reforma tributária

No fim da tarde desta segunda-feira, Haddad se reunirá com deputados para discutir a **reforma tributária**. Ele explicou que o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), quer dar as diretrizes do texto e que a equipe da Fazenda trabalhará com a assessoria dele para a redação da proposta de emenda à Constituição (PEC) estar adequada.

Ele está muito otimista e nós também, comentou o ministro da Fazenda.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/29/correcao-haddad-unica-mp-que-preocupa-e-a-do-carf-pl-com-urgencia-constitucional-foi-enviado.htm>

Boletim Focus: mercado reduz projeção de inflação para 5,71% em 2023

Rafaela Gonçalves

Economistas do mercado financeiro reduziram novamente as estimativas para a **inflação** deste ano, passando de 5,80% para 5,71%. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (29/5) pelo Banco Central, esta é a segunda revisão seguida para baixo.

A queda da projeção vem depois da aprovação do novo marco fiscal, bem como da perspectiva de divulgação do relatório da **reforma tributária** na próxima semana e de estimativas de melhora para o crescimento da economia.

Para 2024, a previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, foi mantida em 4,13%. As estimativas para 2025 e 2026 também continuaram no mesmo patamar, de 4,0%.

O boletim projeta ainda mais uma expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**), passando de 1,2% para 1,26% neste ano. Na última semana, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda divulgou projeção de **PIB** crescendo em 1,9% ao fim de 2023. A projeção para 2024 foi mantida em 1,30%, enquanto as projeções de 2025 e 2026 também permaneceram em 1,70% e 1,80%, respectivamente.

A projeção da taxa básica de juros (Selic) continua em 12,50% há seis semanas. A de 2024 foi mantida em 10,0% pela 15ª semana seguida e a de 2025 está em 9,0% há 15 semanas. Já a de 2026 subiu de 8,75% para 9,0%.

Dólar

No câmbio, por sua vez, a estimativa para o dólar em 2023 caiu de R\$ 5,15 para R\$ 5,11. A projeção para 2024 recuou de R\$ 5,20 para R\$ 5,17, enquanto a de 2025 foi mantida em R\$ 5,20. A previsão para 2026 recuou de R\$ 5,27 para R\$ 5,25.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5097885-boletim-focus-mercado-reduz-projecao-de-inflacao-para-571-em-2023.html>

Convite para refletir sobre nossos privilégios

Por Bruno Carazza

Duas semanas atrás, usei este espaço para criticar os benefícios que a indústria automobilística sempre recebeu no Brasil, fatura que acaba de crescer com o relançamento do novo "carro popular" de Lula. Na segunda passada, chamei atenção para as elevadas remunerações da elite do funcionalismo nos três Poderes da República, e de como essas carreiras têm pressionado por maiores penduricalhos salariais.

O Estado brasileiro é pródigo em conceder benesses das mais variadas naturezas para empresas e indivíduos que se julgam merecedores de tratamento diferenciado, sob os mais diversos argumentos. São tantas as regalias que fica fácil apontar o dedo para os agraciados. Difícil é admitir nossos próprios privilégios.

A entrega da declaração do Imposto de Renda é uma ótima oportunidade para cada um de nós, brasileiros "de classe média", se reconhecer como parte da elite do país e refletir sobre as injustiças de um Estado que nos trata indevidamente tão bem.

Embora reclamemos que pagamos 27,5% de IR (o que já não é verdade, pois esta é a alíquota máxima e incide apenas sobre parte dos rendimentos), a realidade está longe de ser essa.

Falo por mim. Este ano, eu e minha esposa pudemos abater no IR nossas contribuições para a **previdência complementar**. Também entraram no cômputo das deduções todas as despesas que nossa família teve com plano de saúde privado, médicos particulares, psicólogos e dentistas. As mensalidades da escola particular de nossos filhos também reduziram a base de cálculo do imposto final, ainda que neste caso haja um limite definido pela legislação.

Existem muitas justificativas para recebermos esse cuidado especial das normas tributárias. O incentivo para a **previdência complementar** destina-se a estimular a poupança de longo prazo, tendo em vista que, por mais que no futuro tenhamos que pagar o IR sobre os saques do valor acumulado, a diferença ao longo do tempo é uma baita vantagem individual.

No caso das despesas médicas e de educação, o Estado compensa a "classe média" por ter que contratar no setor privado serviços que são obrigação do Estado prestar, mas a qualidade é muito ruim.

O peso dessas deduções pode ser conferido por cada

um em sua declaração do IR. No canto inferior esquerdo da tela principal do aplicativo da **Receita Federal** e também na ficha "Cálculo do Imposto", é informado o valor da "alíquota efetiva" do IR pago. Trata-se da razão entre o imposto devido (calculado após deduções) e o total dos rendimentos tributáveis. No meu caso, a alíquota efetiva foi de 14,75%, bem abaixo dos 27,5% que a maioria de nós acredita pagar.

Olhando para nosso próprio umbigo, as deduções podem até fazer sentido. Na maioria das vezes, contudo, perdemos de vista que ao usufruirmos desses benefícios que o Estado nos dá, nos tornamos cúmplices da deterioração dos serviços públicos para aqueles que mais precisam deles.

As deduções do IR relativas a planos de saúde e profissionais da área médica retirarão dos cofres públicos R\$ 24,5 bilhões em 2023, segundo prevê a **Receita Federal**. No caso das despesas com educação privada para titulares e dependentes, serão outros R\$ 5,4 bilhões.

Se esses valores chamam a atenção pelo seu montante total, a distorção fica ainda maior quando se constata o que representam como um todo. Segundo cálculos do Boletim Mensal sobre os Subsídios da União, do antigo Ministério da Economia, em 2017 o que a União deixou de arrecadar com os descontos de despesas médicas no Imposto de Renda da "classe média" representou 13% de todos os gastos do Ministério da Saúde com o SUS naquele ano.

De uma certa forma, portanto, a legislação me torna responsável pelo subfinanciamento do SUS. Os pagamentos que minha família fez com tratamento médico e odontológico e são abatidos do nosso Imposto de Renda contribuem para o tratamento médico e odontológico que a maioria da população pobre terá em quantidade e qualidade bastante inferiores.

Mas devo admitir que meus privilégios no Imposto de Renda deste ano não param aí. Aproveitando a generosidade da legislação brasileira, há quatro anos a maior parte dos trabalhos que eu faço é paga por meio de uma pessoa jurídica que abri em meu nome. Por meio desse artifício perfeitamente legal, pago uma alíquota diferenciada de **tributos** sobre meus rendimentos e ainda conto com a isenção do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos.

Como sobre o grosso do que eu recebo não incide o IRPF, o cálculo da alíquota efetiva na declaração para a **Receita Federal** está superestimado. Se eu somar aos meus rendimentos totais os lucros e dividendos auferidos como "pejota", eu paguei em 2022 efetivamente 9,2% da minha renda total - ou seja, um terço dos ditos 27,5% que acreditamos ser tributados.

O Ministério da Fazenda promete para ainda este ano uma segunda fase da **reforma tributária**. Nela, pretende-se fazer uma completa reformulação de benefícios como a dedução de despesas médicas e de educação e a isenção de lucros e dividendos. Num país tão desigual como o Brasil, é mais do que justo eliminar privilégios como os presentes na minha declaração de Imposto de Renda - e muito provavelmente na sua também.

Bruno Carazza é mestre em economia e doutor em direito, é autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/convite-para-refletir-sobre-nossos-privilegios.ghtml>

Zona Franca é principal trava à reforma tributária

Por Victoria Abel

Mesmo após meses de diálogo entre o governo federal, deputados e o Amazonas, a Zona Franca de Manaus ainda é um dos principais entraves para o avanço na Câmara da **reforma tributária**, pauta econômica que vai suceder o arcabouço fiscal. A perda de arrecadação do governo estadual com a unificação de **tributos** pode ser resolvida com repasse de recursos de um fundo compensatório, mas não garante a permanência de empresas na região sem incentivos, argumentam defensores do atual modelo, que dizem **temer** desemprego no polo.

A lógica da Zona Franca é conceder benefícios tributários a empresas que montem fábricas na região. Com a **reforma tributária** e a unificação de **tributos** em todo o território nacional - entre eles o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - quem produz na região pode perder as vantagens fiscais em relação a outros estados mais próximos dos mercados consumidores.

O problema tem sido discutido em reuniões do grupo de trabalho (GT) para a **reforma tributária** na Câmara e em conversas entre o governo do Amazonas e o Ministério da Fazenda, mas nenhuma saída até agora foi apresentada.

- A arrecadação do estado é apenas um ponto. Nenhuma atividade econômica vai substituir empregos no curto e médio prazos - diz o deputado Saullo Vianna (União-AM), um dos integrantes do GT.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em 2022, havia 108.646 trabalhadores, na média mensal, entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos chegam a 500 mil.

Vianna afirma que já se reuniu com o secretário extraordinário para **Reforma Tributária** da Fazenda, Bernard Appy, duas vezes, para demonstrar a vulnerabilidade da mão de obra na região. Segundo ele, Appy prometeu propor uma saída até a metade deste mês, mas nada foi apresentado:

- O governo tem dificuldades de saber números reais

dos incentivos. Cobramos dele uma posição. Ele diz que ainda precisa de alguns números. Fomos duros, porque, se ele está com dificuldade de conseguir os dados, imagina a gente.

Procurado pelo GLOBO, Appy disse que tem a proposta, mas não quis dar detalhes:

- O Ministério da Fazenda já levou ao governo do Amazonas o desenho geral de uma proposta, que, em princípio, foi bem recebida. Nós estamos fazendo cálculos, que de fato estão um pouco atrasados, para poder detalhar a proposta.

O governador do Amazonas, Wilson Lima, disse ao GLOBO que o governo precisa apresentar a proposta detalhada para o debate avançar:

- A gente não sabe como vai funcionar. As regras precisam estar muito claras. Com qualquer movimento, as empresas reprogramam seus investimentos. Isso tem efeito imediato, o desemprego é imediato.

O governador e deputados do Amazonas defendem dois modelos de incentivos para as indústrias permanecerem na Zona Franca, que perdurem por pelo menos 50 anos. Um deles é dar desconto nos **impostos** para empresas que ficarem na região. Outro seria a criação de um imposto seletivo.

Hoje, o governo considera a possibilidade de um tipo de tributo como esse sobre produtos como cigarros e bebidas alcoólicas, que são prejudiciais à saúde, a chamada "externalidade negativa". Além do IVA resultante da reforma, esses produtos pagariam um imposto adicional. A mesma lógica seria aplicada para produtos eletrônicos ou veículos fabricados fora da Zona Franca.

Mas essa ideia não foi bem aceita pelo governo e é rechaçada pelos deputados de outros estados no GT. Eles lembram que ter diferentes **tributos** para produtos do mesmo setor contraria a principal lógica da reforma, de igualdade e simplificação na cobrança de **impostos**. Integrantes do GT estudam a possibilidade de um repasse superior do Fundo de Desenvolvimento Regional para estados (além do Amazonas, as vantagens tributárias valem para áreas de Acre, Rondônia e Roraima) e municípios que hoje

integram a área sujeita a benefícios da Zona Franca de Manaus.

A reforma deve estabelecer transferências da União para estados e municípios durante a transição entre os sistemas tributário atual e o novo, a ser aprovado, que pode durar de dez a 30 anos. No caso da Zona Franca de Manaus, a transição pode durar até 50 anos, já que uma emenda à Constituição garantiu a manutenção do parque industrial até 2073.

- Existe um entendimento de que a Zona Franca é importante para a manutenção de emprego e renda e a conservação ambiental (desestimulando indústrias em outras regiões da Amazônia). Vamos tentar construir algo que seja de comum acordo - afirmou o deputado Jonas Donizette (PSB-SP), integrante do GT.

Além dos políticos do Amazonas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também defende o tratamento diferenciado para o polo amazonense. "É necessário manter o tratamento tributário favorecido à Zona Franca de Manaus. O modelo permitiu a constituição de um sofisticado parque industrial na região e sua suspensão teria consequências socioeconômicas e ambientais", posicionou-se a entidade em **comunicado**.

A reforma institui a cobrança de **impostos** no destino, no local da venda final do produto ao consumidor. Os amazonenses defendem que se misture recolhimento na origem e no destino, alegando que seu mercado é bem menor que o de outros estados e desproporcional ao seu parque fabril. Mas a ideia também não tem adesão de parlamentares de outros estados e do governo. A avaliação é que geraria confusão e os mesmos resultados com repasses da União.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/zona-franca-e-principal-trava-a-reforma-tributaria.ghtml>

PIB se recupera no 1º trimestre, mas não deve crescer ao longo do ano

Rosana Hessel

As surpresas positivas na atividade econômica no início deste ano devem resultar em um bom desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do 1º trimestre de 2023, que será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira. As apostas de analistas ouvidos pelo Correio indicam que o crescimento do **PIB** na margem (em relação aos três meses anteriores) deverá ficar entre 1,1% e 1,4%, acima da mediana das projeções do mercado em janeiro, de 0,8%.

Com isso, o dado trimestral do indicador de riquezas produzidas pelo país, do IBGE, vai apresentar uma boa recuperação em relação à queda de 0,2% do último trimestre de 2022, puxado, principalmente, pelos bons resultados do agronegócio, além dos estímulos fiscais que turbinaram o novo Bolsa Família, ajudando a aumentar o consumo da população mais pobre. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve tentar capitalizar politicamente esse dado positivo da economia em uma semana bastante tumultuada no Congresso Nacional. Por conta das pressões do Centrão, o governo corre o risco de perder várias pastas da nova estrutura ministerial se falhar na articulação política no Congresso.

No entanto, especialistas recomendam cautela na comemoração, porque esse desempenho mais robusto do **PIB** é nada menos do que um voo de galinha, porque não deverá se repetir no restante do ano. Segundo eles, na melhor das hipóteses, a atividade econômica fica estagnada ao longo de 2023, ou seja, vai andar de lado, diante de um cenário de desaceleração global, com risco até de recessão.

Existe um vento contrário vindo do aperto do crédito e dos juros altos que deve provocar um tranco na economia pelo lado dos bens de consumo. No fundo, o preço das commodities está caindo, o que, historicamente, resulta em um **PIB** mais fraco. O Brasil é uma grande fazenda e uma mineradora e, como o mundo vai crescer menos, isso é um drive para puxar o **PIB** para baixo, destaca Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original. Ele prevê recuo de 0,7% no **PIB** do segundo trimestre e ressalta que o consumo de bens e serviços dependerá da renda e do crédito, que são sensíveis aos juros que estão em patamares mais altos.

Como Lula sabe bem desse cenário nada animador que se aproxima, escolheu o Banco Central para jogar a culpa desse baixo crescimento, enquanto já começa a enfrentar resistência do Centrão no Congresso para aprovar as mudanças. Para analistas, a queda da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, deverá ocorrer a partir de agosto ou setembro, mas se o governo não resolver aumentar de 3% para 4% a meta de **inflação** na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho. A manutenção dos juros no atual patamar ainda não é descartada por bancos estrangeiros, como o BNP Paribas.

De acordo com os analistas, sem o ótimo resultado do agronegócio, o **PIB** de janeiro a março cresceria muito pouco neste ano. Pelas projeções do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que prevê avanço de 10,7% da agropecuária na margem, sem a agropecuária, o **PIB** do primeiro trimestre cresceria 0,3% em vez de 1,2%. Eles ainda demonstram preocupação com o fato de que, ao mesmo tempo que Lula não cessa as críticas aos juros elevados e ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, o mandatário começa a meter os pés pelas mãos ao anunciar pacotes mal estruturados, a toque de caixa. É o caso do subsídio para a indústria automobilística que sequer tem fonte de receita em um Orçamento com contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão -, mesmo com ampliação da previsão de rombo fiscal de R\$ 107,6 bilhões para R\$ 136,2 bilhões, ou seja, 1,3% do **PIB**.

Riscos

Na avaliação de analistas, diante de novos gastos que estão sendo criados pelo governo, é provável que a recente melhora na curva futura de juros devido à tramitação do novo arcabouço fiscal seja temporária. O consenso entre as projeções de analistas, que se alinham com a estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, é que o governo não conseguirá zerar o rombo das contas públicas em 2024, como vem prometendo no novo marco fiscal.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria, por exemplo, prevê desempenho fraco para a economia no resto do ano e acredita que o resultado primário seguirá negativo em 2024, em torno de 0,5% do **PIB**. O segundo semestre vai ser

desafiador. A economia vai desacelerar, a arrecadação não vai surpreender, mas o governo não quer aceitar isso. O risco dessa história é que ele volte com a política de incentivos setoriais do passado, e essa conta vai estourar no fiscal. O governo precisa de aumento de receita, mas, como a economia vai crescer pouco e a **inflação** está perdendo força, não haverá a mesma surpresa de arrecadação que ocorreu em 2022, alerta ela, que prevê altas de 1,4% no **PIB** deste ano e do próximo.

Apesar de elevar de 1% para 1,3% a estimativa de crescimento do **PIB** deste ano, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, espera recuo de 0,5% na atividade do terceiro trimestre do ano, de 0,5%, por conta do efeito de juros e do peso menor do agronegócio na atividade, que é mais forte no primeiro semestre. A dúvida que fica é se esse número forte do primeiro trimestre será mantido no ano todo. As variáveis de ajuste a acompanhar são serviços e a indústria, que se recente de um mundo e um país com demanda mais fraca. O custo de crédito e as recentes dificuldades pós crise das Americanas colocam dúvidas para os setores industriais e de serviços neste ano, talvez mais no caso do varejo. O consumidor tem dado sinais de dificuldades de pagamento das dívidas, que podem ser visto na inadimplência da pessoa física, que tem subido com força desde o ano passado, alerta. Segundo ele, há chances de se ultrapassar os piores momentos da crise de 2015 e 2016 com o agravante de que a piora no emprego ainda deve vir junto com juros elevados até o segundo semestre.

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, ressalta a contribuição direta e indireta da agropecuária incluindo o processamento na indústria e os serviços transporte - na atividade no **PIB** equivale a 75% do crescimento do trimestre, de 1,2%. Os efeitos positivos do agronegócio ajudaram a surpreender os dados em outras atividades, principalmente em serviços, destaca. Ela reconhece que existe um risco de o governo querer estimular a economia a todo custo e, com isso, pagar o preço de uma **inflação** mais alta, uma vez que o processo desinflacionário ainda está em curso. Não tem almoço grátis. As expectativas do mercado não estão ancoradas em 3%, mas em 4%, para 2025 e 2026, porque a mudança da meta entrou na conta, e isso atrapalha o processo.

Na avaliação da especialista do Ibre, não adianta Lula atacar o Banco Central na atual conjuntura. Se o país quer crescer sem aumentar a **inflação**. Não existe ajuste de demanda sem causar a **inflação**, afirma Matos, recomendando que a demanda não pode ser estimulada se não houver capacidade instalada. Se a indústria não conseguir atender a demanda que o governo tenta criar, o país vai colher mais **inflação** e

mais juros. É preciso, primeiro, retirar os gargalos, como aprovar a **reforma tributária**. Senão, o Brasil não cresce ou cresce muito pouco, reforça Silva Matos.

De acordo com as projeções de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, o **PIB** deverá registrar crescimento de 1,3% no intervalo de janeiro a março deste ano, mas ele reconhece que, no ano, o **PIB** pode crescer até 1,5%, apesar de prever estagnação nos trimestres seguintes. Um dos motivos é a incerteza em relação ao processo de desaceleração global, que pode ser mais forte a partir do terceiro trimestre, e o Brasil não deverá passar incólume. Acho que as surpresas podem ser para pior nos próximos meses, afirma. Para ele, o corte de juros na Selic ocorrerá a partir de agosto ou de setembro. A **inflação** converge para a meta lentamente. Então, o Banco Central não vai relaxar na condução da política monetária, e, com isso, vai calibrar gradualmente a taxa nominal, acrescenta.

Recessão técnica

Pelas projeções da XP Investimentos, haverá uma desaceleração forte no segundo trimestre, apesar das surpresas positivas do primeiro trimestre, que fizeram a instituição elevar de 0,9%, no início do ano, para 1,4%, na semana passada. A projeção da instituição é de que o crescimento do **PIB** passe de 1,4%, entre janeiro e março, para 0,3%, de abril a junho, e ainda estima uma possível recessão técnica - quando há dois trimestres consecutivos de **PIB** negativo - na segunda metade do ano. A atividade está mais fraca, que é resultado da instabilidade política e econômica. A partir do terceiro trimestre, o **PIB** pode surpreender negativamente devido ao cenário externo, destaca o economista da XP, Rodolfo Margato, que prevê um pouso suave para a atividade econômica dos Estados Unidos e demonstra preocupação com as incertezas sobre a recuperação da China, maior parceiro comercial do Brasil. Ele ressalta que o mercado de trabalho já está dando sinais de desaceleração e, portanto, deverá criar bem menos emprego em 2023 do que em 2022. No ano passado, a taxa de desocupação foi de 8%, passando de 2,04 milhões para 1,3 milhão. O desemprego está subindo gradativamente e deverá encerrar 2023 em 9,2%, afirmou.

Com uma das projeções mais conservadoras, o economista Matheus Pizzani, da CM Capital de alta de 0,8% no **PIB** anual, sem viés de alta, por conta da perspectiva de um impacto forte da política monetária na atividade econômica ao longo do ano. Não tem espaço para mais surpresas positivas em 2023, porque o cenário será muito desafiador neste ano, tanto lá fora quanto aqui dentro, completa.

Ao comentar sobre as críticas das autoridades de que economistas erraram muito nas estimativas ao longo de 2022, eles lembram que, nas projeções iniciais, que eram mais pessimistas, não estavam previstos os inúmeros estímulos que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criou, deixando várias bombas fiscais de herança para o atual governo. Um repeteco desse tipo de política de adotar medidas populistas só vai piorar o quadro das contas públicas, e, conseqüentemente, da economia doméstica.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5097862-pib-se-recupera-no-1-trimestre-mas-nao-deve-crescer-ao-longo-do-ano.html>

Medida para carros populares pode enfraquecer economia, avaliam economistas

Rosana Hessel

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), afirmarem em artigo recente que a indústria será o fio condutor de uma política econômica voltada para a geração de renda e de empregos, as medidas anunciadas na semana passada, com subsídios a carros populares de até R\$ 120 mil, geraram desconfiança entre analistas.

Para eles, Lula tenta reeditar erros da ex-presidente Dilma Rousseff que resultaram em dois anos de queda do Produto Interno Bruto (**PIB**), na contramão do mundo que crescia. E, agora, com a economia global enfraquecida e desacelerando, especialistas destacam que, ao tentar criar incentivos sem sequer ter aprovado o novo arcabouço fiscal, o governo não terá outra saída a não ser aumento de **impostos** ou da dívida pública. Por isso, recomendam que, antes, é preciso fazer uma reavaliação criteriosa das despesas e se empenhar mais para avançar na **reforma tributária**, pois ela ajudaria a melhorar a produtividade e a competitividade da indústria nacional - algo fundamental para a recuperação do crescimento mais forte e duradouro do **PIB**.

O consenso entre os analistas é que esse subsídio deverá ter efeito pequeno na atividade e tende a piorar o quadro fiscal, podendo colocar em risco o cumprimento da meta deficit zero em 2024. Quando Alckmin anunciou o pacote, na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu 15 dias para apresentar números sobre o impacto das novas medidas nas contas públicas.

Interlocutores da equipe econômica revelam que faltam economistas capazes de fazer cálculos precisos - pois erraram em contas do novo arcabouço. Fazenda e Mdic não comentam o assunto. O governo está repetindo os erros do passado, atendendo a lobbies setoriais. Essas medidas, no fundo, são muito caras e terão um benefício pequeno na atividade e, muitas vezes, questionável, alerta Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Analistas informam que, ao tentar estimular o consumo de famílias que estão, atualmente, endividadadas até o pescoço, o governo pode abrir espaço para uma

disparada da inadimplência e para o retrocesso da melhora da percepção do mercado em relação ao arcabouço - cuja tramitação no Congresso tem ajudado a mudar as perspectivas de crescimento da dívida pública, reduzindo a curva de juros futuros.

O economista Luis Otávio Souza Leal, da G5 Partners, considera a medida de incentivo para carro popular sem pé nem cabeça, podendo acabar em aumento de carga de **impostos**, em vez de redução, diante da perspectiva de queda na arrecadação por conta do **PIB** mais fraco neste ano em comparação ao de 2022. Isso vai contra a política econômica e o discurso de economia verde do próprio governo. Como Haddad vai tapando os buracos abertos por Lula, devemos esperar alguma maldade na parte tributária nas próximas duas semanas.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), faz alerta para o risco de políticas mal desenhadas que acabam gerando recessão. Falta fazer contas e olhar as evidências. Até parece que a cloroquina saiu da saúde e foi para a economia, lamenta. O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, engrossa o coro de críticas à proposta de subsídios do governo para carros com preços nada populares. O efeito na economia será baixo. Automóveis não têm mais o mesmo impacto que tinha no passado na atividade econômica e, para piorar, nesse caso, há cheiro velho de uma tentativa de usar um instrumento que nunca funcionou direito.

Rodolfo Margato, economista da XP, compartilha essa preocupação sobre a falta de informações do pacote. Esperamos medidas mais sustentáveis ao longo do tempo, que tragam benefícios horizontais para a economia, diz.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem

ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5097853-medida-para-carros-populares-pode-enfraquecer-economia-avaliam-economistas.html>

Novo arcabouço é chave para equilíbrio fiscal, avalia procuradora da Fazenda

Por Agência Brasil - Brasília

O novo arcabouço fiscal traz a lógica de olhar para as contas públicas de uma forma integral e é fundamental para o equilíbrio fiscal do país. A afirmação é da procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida. A equipe da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) assessorou o Ministério da Fazenda na elaboração da nova regra fiscal.

O projeto do novo regime fiscal teve a votação no plenário da Câmara dos Deputados concluída na quarta-feira (24).

"O novo arcabouço fiscal tem a lógica de olhar o sistema das contas públicas de uma forma integral, ele percebe que a receita está num crescente, percebe se a despesa passou do limite que é um limite aceitável. As necessidades da população são infinitas, mas os recursos são finitos e faz parte do governo olhar isso de uma forma integrada", afirmou Anelize de Almeida, em entrevista ao programa Brasil em Pauta, que foi ao ar neste domingo (28), na TV Brasil.

O novo regime fiscal para as contas da União irá substituir o atual teto de gastos. Após passar pela Câmara, o texto segue para análise do Senado Federal. "É muito importante que dentro dessa nova lógica tanto a arrecadação quanto a despesa sejam equilibradas para que a carga tributária não seja muito mais alta que a capacidade de pagamento dos contribuintes e que as despesas também não fiquem muito aquém das necessidades de investimento de infraestrutura, necessidades de políticas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, como o Programa Mais Médicos, por exemplo", explicou a procuradora-geral da Fazenda Nacional.

Além do arcabouço fiscal, outro tema em discussão no Congresso Nacional relacionado à arrecadação e às contas públicas é a **reforma tributária** que, segundo Anelize de Almeida, se aprovada, irá trazer benefícios aos cidadãos e às três esferas de governo. "É uma reforma que busca simplificar o sistema tributário, que tem como um dos pilares diminuir a litigiosidade", disse. E completou: "Vai facilitar a vida do cidadão, vai facilitar a relação federativa entre União, Estados e municípios. A **reforma tributária** é um projeto ambicioso."

Segundo ela, a reforma garantiria racionalidade ao sistema tributário e reduziria a regressividade. "O sistema tributário brasileiro é muito regressivo, o que significa que ele cai nas costas, ele é suportado por aquelas pessoas que têm uma renda menor. Por exemplo, uma criança pequena usa fralda, e uma pessoa que ganha R\$ 1 mil e uma que ganha R\$ 10 mil reais pagam o mesmo valor em imposto naquilo, pesa muito mais para uma pessoa que ganha menos e isso é muito cruel."

Na semana em que se comemorou o Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte, em 23 de maio, Anelize de Almeida disse que uma das funções da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é auxiliar o cidadão e as empresas a cumprirem suas funções tributárias da forma mais simples, mais fácil e mais acessível. Ela também falou sobre o Programa Litígio Zero, para regularização tributária, que prevê a possibilidade de renegociação de dívidas. A iniciativa é da **Receita Federal**.

"Existem muitos estudos nacionais e internacionais que mostram que, quanto mais regular o cidadão e a empresa estiverem, mais isso gera empregos, mais isso volta para a sociedade, então, não é interessante que as pessoas estejam em débito", disse. A PGFN é o órgão responsável pela inscrição dos débitos na dívida pública da União.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/29/novo-arcabouo-chave-para-equilibrio-fiscal-avalia-procuradora-da-fazenda.ghtml>

Cashback pode ser solução para Zona Franca de Manaus na reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A solução para a Zona Franca de Manaus dentro da **reforma tributária** pode passar pela criação de um "cashback" para que se devolva às empresas, em dinheiro, o valor que hoje elas possuem na forma de benefício tributário. Esse é um dos pilares de uma proposta para a região que está sendo preparada pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade responsável por um dos textos de reforma em discussão no Congresso.

Atualmente, há diversos incentivos fiscais na região. Alguns baseados em quatro **tributos** que serão extintos com a reforma: os federais PIS, Cofins e IPI e o ICMS, imposto estadual.

O diretor do CCiF e ex-ministro Nelson Machado disse à Folha que o modelo de devolução é mais transparente e dá mais segurança jurídica às empresas da região, ao substituir um sistema incompreensível para muitos. "O que o CCiF se propõe é criar um modelo que troque essa parafernália por um fluxo claro, fiscalizável e calculável."

A ideia é que o Polo Industrial de Manaus seja tratado como uma região "fora do Brasil" do ponto de vista do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Com isso, suas importações e exportações (compras e vendas para outros países) seriam totalmente desoneradas do novo imposto sobre consumo.

As vendas de insumos de outras regiões do Brasil para a Zona Franca seriam tratadas como exportações, com direito a crédito de imposto para o fornecedor, o que significa desoneração total.

Já as vendas de produtos da região para o restante do Brasil seriam tributadas com o IBS-Importação, recolhido pelo comprador. A empresa em Manaus não recolhe nada.

Esse desenho ainda não garante a vantagem tributária para a região. Por isso, o CCiF propõe devolver às empresas locais parte da arrecadação do novo imposto.

A devolução em dinheiro será equivalente aos incentivos com os **tributos** que serão substituídos, calculada como proporção do valor das vendas para outras regiões do país.

Machado explica que isso é diferente de devolver totalmente o tributo dessas vendas, o que geraria uma perda de arrecadação superior ao benefício tributário atual.

O CCiF está construindo um modelo de cálculo da devolução que será apresentado por meio de uma nota técnica. Caberá aos atores políticos seguir ou não essa sugestão ou aperfeiçoar a proposta.

A entidade propõe que o custo da devolução seja repartido entre o governo federal e os estados, mas afirma que a forma como isso será feito é uma decisão política. O mesmo ocorre com a aplicação da fórmula para definir o cashback: pode ser feito um cálculo por empresa, setor, companhia com o mesmo tipo de benefício ou até uma média geral.

As contrapartidas atuais das empresas para ter o benefício fiscal, como os recursos para a Universidade do Estado do Amazonas, seriam descontadas do orçamento destinado ao cashback.

As PECs (Propostas de Emendas à Constituição) que tratam da reforma preveem que as regras especiais para a Zona Franca serão criadas posteriormente, por meio de lei complementar.

"Isso não precisa estar na PEC, mas ajuda a destravar a discussão. Mostra que é possível construir um modelo que garanta a competitividade do Polo industrial de Manaus", afirma Machado. "O cashback entra para garantir o diferencial competitivo da região."

O diretor do CCiF afirma que o modelo de desenvolvimento da região não pode acabar do dia para a noite e que muitas empresas fizeram investimentos com base no sistema tributário atual. A instituição desenha uma fórmula com base no que existe atualmente e diz que a decisão de reduzir ou manter essas regras é uma questão política.

A proposta original da entidade era acabar com o tratamento tributário diferenciado e fazer uma compensação por meio da transferência de recursos para a região, mas essa solução se mostrou politicamente inviável.

A Zona Franca de Manaus responde por 7% dos incentivos fiscais classificados pela **Receita Federal** como gastos tributários. Está entre os cinco maiores benefícios, com uma renúncia estimada em cerca de R\$ 30 bilhões para 2023 em **tributos** federais. Os benefícios da região têm prazo de vigência até 2073.

Em abril, o CIEAM (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e a Abraciclo (associação dos fabricantes de moto e bicicletas) divulgaram documento com três propostas para serem incorporadas à **reforma tributária**.

Eles pedem a manutenção do IPI até 2073 para produtos fabricados na Zona Franca, tratamento favorecido nos novos **tributos** sobre consumo (com isenções, créditos presumidos e reduções da base de cálculo, isoladamente ou combinados) e a criação de um Fundo Constitucional da Bioeconomia.

Uma nova proposta de **reforma tributária** deve ser apresentada no início de junho pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto irá substituir a versão atual da PEC 45 e poderá ser votado diretamente no plenário da Câmara, para depois ser analisado no Senado.

O Ministério da Fazenda e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliam que o texto deve ser aprovado na Casa antes do recesso parlamentar de julho.

Uma das ideias da **reforma tributária** é acabar com praticamente todos os mecanismos de desoneração por produto. Eles seriam substituídos por um sistema em que o governo cobra de todos e devolve o dinheiro para um contribuinte com determinadas características (mais pobres ou empresas da Zona Franca, por exemplo). É a chamada tributação personalizada ou "cashback".

Esse modelo é utilizado em vários países e que também está sendo testado no Rio Grande do Sul. A devolução pode ser feita em tempo real, antecipadamente (um complemento no Bolsa Família, por exemplo) ou posteriormente, como uma espécie de Nota Fiscal Paulista (SP) ou Nota Legal (DF).

41.773

Empresas cadastradas na Suframa*

18.054

Empresas cadastradas no Amazonas

430

Indústrias de grande porte em Manaus

107 mil

Empregos nessas grandes indústrias

412 mil

Empregos indiretos

2,2 milhões

População de Manaus

R\$ 158 bilhões

Faturamento do polo industrial de Manaus em 2021

Fonte: Suframa. *Os benefícios foram estendidos para uma área que inclui os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e as cidades de Macapá e Santana (Amapá)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/cashback-pode-ser-solucao-para-zona-franca-de-manaus-na-reforma-tributaria.shtml>

Entenda como funciona o cashback da reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

As propostas de **reforma tributária** em discussão no Congresso preveem a substituição de alguns programas de desoneração pela devolução de **impostos** aos contribuintes, o chamado " cashback " .

Esse mecanismo é utilizado por países como Canadá, Uruguai e Colômbia para garantir que o benefício fiscal chegue de fato ao cidadão e seja direcionado aos mais pobres. O modelo também está sendo testado no Rio Grande do Sul.

A devolução pode ser feita em tempo real, com o contribuinte se identificando com o número do CPF ou utilizando um cartão de benefício social. Pode ser pago antecipadamente, como um complemento no Bolsa Família, por exemplo. Outra possibilidade é devolver posteriormente, como uma espécie de Nota Fiscal Paulista (SP) ou Nota Legal (DF).

Uma das ideias da **reforma tributária** é acabar com praticamente todos os mecanismos de desoneração por produto. Eles seriam substituídos por um sistema em que o governo cobra de todos e devolve o dinheiro para um contribuinte com determinadas características (aqueles mais pobres ou para empresas de uma determinada região, por exemplo). É a chamada tributação personalizada.

Um exemplo disso é o que o Ministério da Fazenda chama de "cashback do povo", que é a devolução de parte do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) , que seria criado pela **reforma tributária**.

Segundo a Fazenda, o modelo de cashback a ser adotado ainda será detalhado para definir quem são os beneficiários, qual o limite para devolução, se estará restrito a algum tipo de despesa (alimentos, educação e saúde , por exemplo) e também a forma como se dará a devolução.

Uma possibilidade é dar o cashback em valor fixo para todos os brasileiros no lugar de desoneração da cesta básica, garantindo a devolução integral do tributo para os mais pobres e parcial para os mais ricos.

A desoneração da cesta no formato atual beneficia também os mais ricos e não é completamente repassada ao consumidor.

Um estudo de 2021 do movimento Pra Ser Justo , realizado junto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), apontou que é possível usar a devolução para beneficiar mais de um terço da população brasileira com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

No Rio Grande do Sul, o programa Devolve ICMS beneficia famílias do CadÚnico (Cadastro Único), com renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 3.960) ou renda per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 660).

A devolução inclui uma parcela fixa de R\$ 100 a cada trimestre a cerca de 600 mil famílias. Há também uma parcela que varia conforme o volume de notas fiscais com CPF solicitadas pelos beneficiários, o que beneficiou 168 mil famílias no primeiro trimestre de 2023.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/entenda-como-funciona-o-cashback-da-reforma-tributaria.shtml>

Congresso propõe correção maior da tabela do IR e tributação menor de investimento no exterior (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda e altera a tributação de investimentos no exterior recebeu 106 emendas, que são propostas de deputados e senadores para alterar o texto enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril deste ano.

Cerca de dez emendas pedem uma correção maior da tabela do IR, com o patamar de isenção passando dos R\$ 2.112 da proposta do governo para até R\$ 5.280 (quatro salários mínimos). O presidente prometeu elevar a isenção para R\$ 5.000 até o fim do mandato, de maneira gradativa.

Em relação aos investimentos no exterior, levantamento feito pelo especialista em direito comercial, contratual e tributário da Saint Joseph Law, João Pedro Volz, mostra que a maioria das sugestões trata de modificação das alíquotas a serem cobradas, definições de ativos tributáveis, deduções e tratamento da variação cambial.

Há também propostas que não têm relação direta com o tema da MP, aquilo que é chamado de "jabuti" no jargão dos parlamentares, como a reabertura do programa de regularização de ativos no exterior, atualização de valores de imóveis no Brasil e instituição de imposto sobre grandes fortunas.

O tributarista destaca que o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), propõe rejeitar por completo a parte da MP que trata dos investimentos no exterior, mantendo apenas a correção na tabela do IRPF.

"Isso nos leva a concluir que boa parte do Congresso pode, junto a ele, votar para eliminar a MP quase por completo."

Volz afirma que a questão dos "trusts", que representa um terço do texto da MP, não foi mencionada em nenhuma proposta de emenda. O Brasil não possui atualmente regras claras sobre a tributação dos trusts, muito utilizados como mecanismos de investimento e transmissão de patrimônio.

A tributação de ativos no exterior tem como objetivo compensar parte da perda de arrecadação com a correção da tabela. A MP tem força de lei, mas precisa ser votada em 120 dias após sua edição para não perder a validade.

Segundo o Ministério da Fazenda, aplicações financeiras no Brasil possuem uma tributação mais elevada do que aquelas feitas no exterior. Além disso, mais de R\$ 1 trilhão em ativos fora do país não pagam praticamente nada de IRPF. Algumas vezes, por meio de estruturas em paraísos fiscais.

A MP estabelece isenção para a parcela dos rendimentos de até R\$ 6.000 por ano; 15% para a parcela acima desse patamar até R\$ 50.000 por ano; e 22,5% para a parcela dos rendimentos acima desse valor a partir de 2024. Algumas emendas sugerem uma faixa de isenção de R\$ 35 mil.

A variação cambial é tributada no retorno dos recursos ao Brasil, mas alguns parlamentares rejeitam taxar essa parcela do ganho, citando o risco de bitributação dos recursos.

O governo também abriu a possibilidade de atualização do valor dos bens no exterior, com imposto reduzido de 10%. Há no Congresso propostas para reduzir e para elevar esse percentual.

As medidas têm potencial de arrecadação de R\$ 3,25 bilhões para este ano, R\$ 3,59 bilhões para 2024 e R\$ 6,75 bilhões para 2025. Com a atualização dos valores da tabela mensal do IR, a pasta estima uma redução de receitas de R\$ 3,2 bilhões em 2023, R\$ 5,88 bilhões no próximo ano e R\$ 6,27 bilhões em 2025.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/congresso-propoe-correcao-maior-da-tabela-do-ir-e-tributacao-menor-de-investimento-no-exterior.shtml>

Artigo: Sistema confuso?

Correio Braziliense

Por Sacha Calmon - Advogado

É mentira que o sistema tributário brasileiro seja complicado. É lobby de sonegadores. Everardo Maciel vai ao ponto: Aponta-se, como evidência da complexidade do sistema tributário, a existência de alíquotas distintas de IPI para produtos de perfumaria. Se isso fosse um problema, era algo que seria resolvido com um modesto decreto ... Prossegue com incisivas críticas: Outra evidência, inclusive utilizada em peça veiculada na internet, é o caso dos sapatos crocs. Afirma-se que mudanças na classificação desses sapatos resultou em autuações fiscais. Erro palmar. A questão não era tributária. Tratava-se da aplicação pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) de direitos antidumping em importações de calçado da China. Além disso, a classificação já tinha gerado controvérsias no âmbito internacional, tendo demandado deliberação específica na Organização Mundial de Aduanas, em Bruxelas .

A pesquisa Doing Business do Banco Mundial é recorrentemente citada para justificar projetos de **reforma tributária**, sob a inverossímil alegação de que o pagamento de **impostos** no Brasil exigia mais de 2 mil horas anuais. Afora ser matéria relacionada com o burocratismo e não com a natureza dos **tributos**, cerca de 97% dos contribuintes são optantes do Simples e do lucro presumido que cumprem suas obrigações com muita facilidade, graças à simplicidade dos regimes e aos eficientes aplicativos disponíveis. De resto, a pesquisa foi descontinuada , em virtude de fraudes e inconsistências detectadas.

Fala-se, também, em aumentar a arrecadação mediante revogação de benefícios fiscais. Essa pretensão, contudo, encerra várias armadilhas: não é claro o conceito de renúncia fiscal, que muitas vezes inclui situações que decorrem de preceito constitucional de observância obrigatória, como a tributação das micro e pequenas empresas; a extinção de um benefício fiscal pode implicar o encerramento do negócio beneficiado, sem proveito para a arrecadação; o Código Tributário Nacional veda o cancelamento de benefício dado por prazo certo e sob condições , sendo certo que existem as imunidades tributárias da Constituição Federal.

Vence esse torneio de desinformações o anúncio de que uma **reforma tributária**, cujo escopo a rigor se desconhece, promoverá um crescimento de 10% no

PIB brasileiro, em 15 anos. Há, também, quem acredite em duendes.

Dou-lhe inteira razão. A carga tributária no Brasil é compatível com o atual estágio do país. Apenas o setor de serviços aguentaria algum aumento, mas com implicações indesejáveis (aumento fiscal de resto na ordem do dia) com repercussão nos preços. Finalmente já vamos implantar o IVA amplo.

Essa reforma que está sendo ideada não muda muita coisa. Em todo mundo as bases são as mesmas, quais sejam: (a) a renda gasta no consumo de bens e serviços pelas pessoas físicas e jurídicas; (b) a renda ganha pelas pessoas físicas e jurídicas; (c) o patrimônio imobiliário e mobiliário das pessoas físicas e jurídicas e suas transferências.

Um sistema tributário pode ter poucos ou muitos **tributos**, mas as bases econômicas de incidência não mudam, pois são sempre as já elencadas. O que muda são as alíquotas que suavizam ou aumentam o quantum debeat como dizem os romanos , o que chamamos de valor devido . É aqui que está o busilís da questão.

Vejamos à guisa de explicação: os bens e serviços consumidos pela população brasileira são onerados pela IPI (industrializados) ICMS, ISS, PIS, Cofins, e quejandos. A renda ganha pelo IR antecipado, CSLL, sem contar os pagamentos para a **Previdência Social**, que até os aposentados do **INSS**, da União, dos estados e respectivos municípios pagam na fonte de pagamento.

Por último, toda **reforma tributária** bagunça o país e traz enorme insegurança jurídica em desfavor do povo e dos negócios. Aliás, o Direito Tributário Brasileiro vive constantemente às turras com inúmeros projetos de **reforma tributária** , ao contrário do que ocorre na Federação norte-americana.

A coisa é tão arraigada que muita gente anda a repetir por aí, sem nenhuma originalidade, que no Brasil até o passado é incerto... Confusos, em verdade, são os projetos de **reforma tributária** a arrepiar os cabelos dos governantes de estados e municípios (ICMS). Os contribuintes, é claro, desconfiam e os temem, com justa apreensão. Ao cabo, são eles que pagam **impostos**, taxas e contribuições obrigatórias à União, estados, municípios e **INSS**... Acima de tudo, precisamos estabilizar o sistema de **tributos** e acabar com a mania de ficar fazendo minirreformas, o que

deixa o sistema econômico em constante ebulição, projetando incertezas a torto e a direito.

É certo que o governo Lula se comprometeu com os mais pobres. Que atue sobre a despesa no orçamento (acresça os programas sociais). Basta cuidar da saúde, educação e assistência social em seu governo. Oriente assim o orçamento. As classes média e rica que se virem. A questão não é tributária, é política.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/05/5097682-artigo-sistema-confuso.html>

Impostos diretos serão alvo de segunda fase da reforma tributária, diz Appy

São Paulo

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse na sexta-feira, 26, que o governo espera fazer a **reforma tributária** dos **impostos** diretos, o que inclui os **tributos** sobre a renda, no segundo semestre deste ano.

Os **impostos** diretos serão alvo de uma segunda fase da **reforma tributária**, no segundo semestre, afirmou ele, em entrevista à CNN Brasil. Appy disse que ainda não há uma proposta fechada no governo, e que por isso, não há maiores detalhes, mas que o norte será corrigir o que chamou de distorções, com faixas mais pobres da população pagando mais **impostos** que as mais ricas.

Neste primeiro semestre, o governo trabalha na reforma de **impostos** indiretos, como o PIS/Cofins, o ICMS e o ISS, que devem ser substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com caráter dual, um nacional e outro para Estados e municípios.

O secretário reiterou que, neste momento, o governo vai manter a carga tributária estável em relação ao **PIB**. No curto prazo, a situação fiscal do País não permite reduzir a carga tributária, mas no longo prazo, se o Brasil crescer, deve haver espaço sim para reduzir a carga.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/27/impostos-diretos-serao-alvo-de-segunda-fase-da-reforma-tributaria-diz-appy.htm>

Chance de reforma tributária ser aprovada na Câmara no 1º semestre é grande, diz Appy

São Paulo

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse na sexta-feira, 26, que vê grandes chances de a **reforma tributária** ser votada pela Câmara dos Deputados ainda neste semestre, apesar do prazo apertado.

A chance de ser aprovado neste semestre legislativo na Câmara dos Deputados é grande, disse ele, em entrevista à CNN Brasil. A perspectiva é votar até o final do semestre legislativo, em meados de julho, e eu acredito que sim, pelo menos é a intenção anunciada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Appy reconheceu que serão necessárias concessões setoriais para que a reforma seja viabilizada politicamente. Ele destacou os setores de agronegócio, a indústria e o varejo de alimentos e os setores de saúde e educação. Algumas questões são setoriais, a ideia é ter um imposto sobre valor adicionado o mais homogêneo possível, pontuou.

O secretário disse que há apoio dos governadores dos Estados, embora haja questões relacionadas ao prazo para votar o texto. Com grandes cidades, disse ele, há divergências, mas há diálogo e até o dia 6, data prevista para a apresentação do relatório da reforma, deve haver avanços.

Appy reforçou que não haverá aumento de carga tributária para os consumidores, mas sim uma redistribuição, com alguns bens e serviços menos tributados que hoje, e outros, mais. Ele destacou ainda que a primeira fase será dos **impostos** indiretos.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/27/chance-de-reforma-tributaria-ser-aprovada-na-camara-no-1-semester-e-grande-diz-appy.htm>

Senadores pressionam por projeto que prorroga desoneração da folha aos 17 setores que mais empregam

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

Após a bancada do governo no Senado pedir adiamento da discussão do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento, defensores da proposta intensificaram as articulações para garantir a aprovação em benefício aos 17 setores que mais empregam e que atualmente são contemplados com a concessão.

O projeto é discutido em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Isso significa que, caso seja aprovado pelo colegiado, o texto vai direto para a Câmara, sem passar pelo plenário do Senado. No entanto, ainda não há uma data para o retorno das discussões na CAE e, enquanto isso, os acordos internos são construídos.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"Ainda estamos em um momento de retomada da economia por conta dos efeitos catastróficos da pandemia e com perspectiva de um cenário mundial que ainda trará desafios à geração de emprego. Prorrogar a desoneração da folha tem esse impacto direto: evitar a criação de uma nova dificuldade para os setores que mais geram emprego no país, justificando, portanto, a renovação do esforço do governo", defendeu o relator da proposta, senador Angelo Coronel (PSD/BA).

O governo fala em "arredondar" a proposta antes de retomar a discussão. Mas o movimento da equipe econômica do governo é uma tentativa de tratar esse tema apenas na **reforma tributária**. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) também indicou a intenção da base em manter o foco na aprovação do novo marco fiscal

"A desoneração da folha é uma medida em si boa,

porque favorece as empresas que empregam muito. Porém, a validade da atual lei é em 31 de dezembro, e estamos na iminência de votar o arcabouço fiscal. Então, eu não acho conveniente, neste momento, fazer uma sinalização de mais renúncia, mesmo que seja uma continuidade", ponderou Jaques.

Na avaliação do senador Eduardo Gomes (PL-TO), é natural que governo apresente uma proposta com novas regras fiscais e a possibilidade de **reforma tributária**, desde que "não se omita de entender que a política de desoneração obedece a uma lógica de manutenção de empregos". Gomes acredita que é do posicionamento do atual governo a defesa da manutenção de empregos. "Então, o Congresso dará uma resposta e é impossível que o governo não dê o olhar adequado para a desoneração desses 17 setores de emprego intensivo."

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção da folha. Se trata de uma concessão ao empregador que fica apto a escolher contribuir a partir do cálculo total da folha de pagamento ou pela receita bruta da empresa.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem com mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

A isenção foi criada pela lei 12.546/2011 com o objetivo de estimular a geração e a manutenção de empregos, além de aumentar a competitividade das empresas por meio da diminuição dos custos com funcionários.

Quando a medida entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021, mas o prazo foi prorrogado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

São beneficiados os seguintes setores: calçados, call center, comunicação, confecção, construção civil,

construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Como forma de compensação pela prorrogação da desoneração, a proposição prevê a protelação do aumento em 1% da alíquota da Cofins-Importação, que tem arrecadação estimada em R\$ 2,4 bilhões, até dezembro de 2027.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/senadores-pressionam-por-projeto-que-prorroga-desoneracao-da-folha-aos-17-setores-que-mais-empregam-27052023>